



Boletim de Participações Societárias



ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

Boletim de Participações Societárias





Boletim de Participações Societárias

INESP

FORTALEZA
2025

Copyright by Inesp © 2025

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO
DO CEARÁ – INESP**

João Milton Cunha de Miranda

Diretor-Executivo

Ernandes do Carmo

Articulação

Valdemice Costa (Valdo)

Supervisão de Design

Valquíria Moreira / Igor Gonçalves Pinho

Assistente Editorial

Sara Maria Marques

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Sara Maria Marques e Chrisley Rocha

Design dos Gráficos

Thaynny de Castro Rodrigues e Isabel e Silva de

Andrade Manzolillo

Revisão

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

B688 Boletim de participações societárias [livro eletrônico] / Secretaria da
Fazenda, Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará. –
Fortaleza: INESP, 2025.
79 p. : il. color. ; 10198 KB ; PDF

Inclui gráficos e tabelas.
ISBN 978-65-84902-68-8

1. Administração pública. 2. Empresas públicas. I. Ceará. Secretaria
da Fazenda. II. Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará.
III. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre
o Desenvolvimento do Estado.

CDD 341.3

EDIÇÕES INESP

Rua Barbosa de Freitas, 2672, 5º andar - Dionísio Torres, Fortaleza-CE | CEP 60.170-900

Anexo II - Dep. José Euclides Ferreira Gomes - 5º andar

Fone: (85) 3277-3702

presidenciainesp@al.ce.gov.br / inesp@al.ce.gov.br

***** DISTRIBUIÇÃO GRATUITA *****

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS ÀS EDIÇÕES INESP.

A presente obra não poderá ser comercializada e sua reprodução, total ou parcial,
por quaisquer meios reprográficos ou digitais, deverá ter a autorização prévia das Edições Inesp.

COMPOSIÇÃO DA CEARAPAR À ÉPOCA DA ELABORAÇÃO

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ - CEARAPAR

CARLOS EDUARDO DOS SANTOS MARINO
Diretor-Presidente (Gestão 2023 - 1º Semestre De 2024)
CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO
Diretora Presidente (Gestão 2024 - 2º Semestre De 2024)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FABRIZIO GOMES SANTOS
CARLOS EDUARDO DOS SANTOS MARINO
HELIO WINSTON BARRETO LEITÃO
JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA
UINIE CAMINHA
MARA LIMONGE MACEDO
HALLYSON MARQUES FARIAS
VILMA MARIA FREIRE DOS ANJOS
ERIKSON TESOLINI VIANA

CONSELHO FISCAL

MÁRCIO CARDEAL QUEIROZ DA SILVA
MOEMA CIRINO SOARES
FLÁVIO ATALIBA FLEXA DALTRO BARRETO

COORDENAÇÃO

CARLOS EDUARDO DOS SANTOS MARINO
CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO

AUTORES

CARLOS ALBERTO MANZO
TAYLOR ALVES DE AGUIAR
HELENA MARTINS TEOFILO
ALINE SAMARA SANTOS XAVIER

REVISORES

CARLOS EDUARDO DOS SANTOS MARINO
RAQUEL SOARES FERNANDES TEOTONIO
JOÃO FRANCISCO FREITAS PEIXOTO

COLABORAÇÃO

LUCIANA BARROSO DE OLIVEIRA

COMPOSIÇÃO DA CEARAPAR 2025

DIRETORIA

LUIZA DE MARILAC MARTINS E SILVA
Diretoria da Presidência
MARISA TEÓFILO LEITÃO
Diretoria de Negócios e Relações com Investidores
RIVALDO PINHEIRO FILHO
Diretoria Administrativa-Financeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FABRIZIO GOMES SANTOS
CARLOS EDUARDO DOS SANTOS MARINO
HELIO WINSTON BARRETO LEITÃO
JOSÉ NELSON MARTINS DE SOUSA
UINIE CAMINHA
MARA LIMONGE MACEDO
LUIZA DE MARILAC MARTINS E SILVA
VILMA MARIA FREIRE DOS ANJOS
ERIKSON TESOLINI VIANA

CONSELHO FISCAL

GUILHERME FRANÇA MORAES
FRANCISCO JOSÉ MOURA CAVALCANTE
FLÁVIO ATALIBA FLEXA DALTRO BARRETO

PALAVRA DO PRESIDENTE DA ALECE

A democracia não é um estado de maturidade nacional e institucional que se instala, e se preserva pela sua própria natureza, sem que precisemos nos manter vigilantes a fim de combater ataques e construí-la cotidianamente.

E como as gerações mudam, os jovens de hoje precisam aprender com os jovens de ontem que o Parlamento é a expressão mais fiel do poder democrático da população. Os debates, os perfis dos e das parlamentares, as leis produzidas, são resultados do que somos na nossa essência.

Manifesto gratidão aos meus pares, cujos votos me colocaram à frente do Legislativo cearense exatamente nesta celebração de 190 anos do Parlamento. Celebração que é o resultado da continuidade de um processo democrático iniciado em 1835, e é cheio de ranhuras, a exemplo de ditaduras, golpes, uma cruel pandemia, e o doloroso incêndio do Plenário 13 de Maio – o coração dos nossos mandatos. Ranhuras que vamos enfrentando, resistindo e nos reconstruindo com bravura.

Não somos mais a Província do Ceará. Contudo, não podemos esquecer, foi lá que o senador José Martiniano de Alencar plantou a semente da casa em que agora podemos ver germinar uma comissão temática dos direitos e defesas da mulher cearense – um marco moderno e necessário.

Portanto, com firmeza, gentileza, educação e ternura, respeitamos o passado, para construir um futuro melhor. A assembleia que chega aos 190 anos como uma das mais transparentes do país deverá trabalhar para ser a mais transparente do Brasil.

Porque nosso passado e nosso futuro é ousar. O Ceará, que é referência na educação brasileira, não vê fronteiras como barreiras, mas sim como desafios a serem superados. E seguiremos em frente. Tenham certeza.

Deputado Estadual Romeu Aldigueri

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PALAVRA DO DIRETOR-EXECUTIVO DO INESP

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinhem às demandas legislativas e culturais do estado, objetiva ser referência no cenário nacional.

Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o Edições Inesp e o Edições Inesp Digital, que têm como objetivos editar livros, coletâneas de legislação e periódicos especializados. O Edições Inesp Digital obedece a um formato que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de design gráfico.

O Edições Inesp Digital já se consolidou. A demanda por suas publicações alcançou uma marca de 5 milhões de downloads. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados.

Boletim de Participações Societárias é mais uma obra do diversificado catálogo de publicações do Edições Inesp Digital, que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.

João Milton Cunha de Miranda

Diretor-Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp)

PALAVRA DO SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ

A publicação do Boletim das Participações Societárias do Estado do Ceará cumpre a determinação estabelecida pelo Decreto nº 34.723, de 2 de maio de 2022, que institui e regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, o Sistema de Administração de Ativos Públicos. Tal marco normativo fortalece o planejamento, a execução centralizada, a orientação normativa e o controle técnico das atividades relacionadas aos ativos públicos estaduais, assegurando maior eficiência, transparência e coerência estratégica na gestão patrimonial do Ceará.

Os dados apresentados demonstram que, em 2023, o conjunto das empresas públicas estaduais alcançou patrimônio líquido de R\$ 5,8 bilhões. Assim, o conglomerado das estatais cearenses se consolida como o terceiro maior conjunto empresarial do Estado, evidenciando a robustez dessas instituições e a relevância de seu papel no desenvolvimento econômico local.

A avaliação dos indicadores sociais, econômicos e ambientais das onze estatais em que o Estado detém participação majoritária comprova que os bens e serviços entregues à população geram impactos positivos, tanto diretos quanto indiretos. Atuando, muitas vezes, em setores estratégicos e interdependentes, essas empresas fortalecem cadeias produtivas, ampliam externalidades benéficas e retroalimentam iniciativas sociais relevantes, o que reforça a importância da cooperação interinstitucional e de projetos integrados.

As externalidades positivas produzidas por essas sinergias não se limitam à geração de emprego e renda. Elas contribuem também para o incremento da arrecadação estadual, à medida que o dinamismo produtivo fomenta o consumo e intensifica a circulação de bens e serviços, fortalecendo todo o ecossistema econômico cearense.

Nesse cenário, nossas empresas públicas assumem papel fundamental na sustentação do arcabouço necessário ao desenvolvimento econômico sustentável do Ceará.

A literatura especializada — como a tese apresentada em A Riqueza Pública das Nações — demonstra que, para cada aumento de 1% no rendimento dos portfólios de ativos públicos, seria possível reduzir em até 4% a carga tributária dos países. Esse ga-

nho, no entanto, depende essencialmente do conhecimento preciso e da gestão eficiente da composição dos ativos de cada nação.

É nesse contexto que o Ceará avança com a publicação deste Boletim, instrumento que apoia a construção de um sistema moderno de gestão das participações societárias estaduais. Ele fortalece o controle, amplia a transparência e fornece subsídios qualificados para decisões governamentais mais eficazes.

A criação da Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará (CEARAPAR) — sociedade de economia mista vinculada à Secretaria da Fazenda — representa um passo inovador e estratégico. Com a missão de otimizar o desempenho dos ativos do Estado, promover retornos compatíveis com o perfil de risco público, colaborar com as políticas de desenvolvimento econômico e auxiliar o Tesouro Estadual na administração da dívida pública, a CEARAPAR projeta o Ceará a um novo patamar de excelência na gestão de ativos públicos.

Fabrizio Gomes Santos

Secretário da Fazenda do Estado do Ceará

O Boletim das Participações Societárias do Ceará apresenta uma síntese organizada e acessível das informações referentes às empresas públicas cearenses, com base nos dados do exercício de 2023. A publicação foi elaborada em 2024, por demanda da Secretaria da Fazenda, pela Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará – CearaPar, empresa pública vinculada à SEFAZ-CE, estruturada como sociedade de economia mista e legalmente incumbida de apoiar a gestão das participações societárias do Estado, voltadas à administração de seus ativos econômicos.

Este boletim nasce com o propósito de fortalecer a governança pública, oferecendo subsídios técnicos e analíticos para a construção de um sistema integrado de gestão das participações societárias do Estado do Ceará. Almeja-se que o material sirva de referência para os diversos órgãos e instâncias envolvidos — administrações das empresas estatais, Conselhos de Administração e Fiscal, Controladoria e Ouvidoria Geral, Secretaria do Planejamento e Gestão — e, especialmente, para o Chefe do Poder Executivo, contribuindo para decisões mais eficazes, eficientes e alinhadas ao interesse público.

Que esta publicação se consolide como instrumento de transparência, aprimoramento institucional e fortalecimento das práticas de governança no âmbito das empresas públicas cearenses.

Boa leitura!

Luiza de Marilac Martins e Silva

Diretora-Presidente da Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará – CearaPar



APRESENTAÇÃO

O Boletim de Participações Societárias do Estado do Ceará é um documento que encerra o primeiro ciclo efetivamente estruturado da gestão das participações societárias do Estado proposta pela CearaPar, empresa estatal que teve a honra de participar da constituição e ser o Diretor-Presidente na gestão 2021 até o primeiro semestre de 2024.

A criação da CearaPar representou a etapa final de um processo de mais de três décadas de modernização da gestão pública cearense. O Ceará aprimorou, de forma consistente, seus pilares institucionais: planejamento, administração tributária e gestão do tesouro, alcançando um padrão de governança que hoje é referência nacional. Falta-va, porém, um quarto pilar: a gestão profissional dos ativos públicos.

O Poder Público é o maior detentor de riqueza do mundo, mas, historicamente, seus ativos permaneceram pouco visíveis, dispersos e subaproveitados. Ativos bem geridos geram receitas, reduzem custos, fomentam novos negócios privados e produzem externalidades positivas para o desenvolvimento econômico. A negligência, ao contrário, destrói valor e reduz a capacidade de investimento do Estado.

Ao institucionalizar a CearaPar, o Governo Estadual ingressou no grupo dos poucos entes federativos que tratam seus ativos, sejam eles, societários, imobiliários, financeiros ou intangíveis, como instrumentos estratégicos de políticas públicas. A Companhia nasceu, portanto, para complementar e fortalecer o modelo fiscal cearense, com atuação orientada por profissionalismo, transparência, sustentabilidade e foco em retorno econômico e social.

O Boletim de Participações Societárias do Estado do Ceará conclui a primeira linha de entregas estruturadas da CearaPar, voltadas para a análise dos empreendimentos econômicos de propriedade estatal. O documento integra, de forma sucinta, um longo e detalhado estudo sobre os negócios em que o Estado é acionista em 2023. Pela primeira vez, o Ceará dispõe de uma visão consolidada, sintética e comparável de sua carteira societária, oferecendo aos tomadores de decisão elementos objetivos para avaliação de desempenho, governança, riscos, rentabilidade e impactos socioeconômicos das estatais.

Este ciclo de produtos que se encerra também marca um símbolo institucional relevante para a CearaPar. A entrega é parte do primeiro grande projeto desenvolvi-

do em parceria com a Secretaria da Fazenda, sendo sua primeira etapa a responsável pelo início das atividades operacionais remuneradas da CearaPar. Assim, teve início um processo ainda inacabado que visa fortalecer a capacidade da Companhia de gerar receitas próprias e reforçar sua função como gestora permanente do patrimônio público dos cearenses.

Com este boletim, encerra-se uma etapa e abre-se outra: a consolidação definitiva da CearaPar como empresa estratégica do Estado, dedicada à valorização de ativos, à transparência e ao fortalecimento da política fiscal, visando a manutenção do compromisso de contribuir para um Ceará mais eficiente, competitivo, inovador e capaz de transformar patrimônio público em mais desenvolvimento e bem-estar social.

Carlos Eduardo dos Santos Marino

Membro do Conselho de Administração da CearaPar

Diretor-Presidente da CearaPar (2021 – 1º semestre de 2024)



Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	18
3. A CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	19
3.1 TIPOS E NÚMEROS DE PARTICIPAÇÕES.....	20
3.2 SETORES DE ATIVIDADE	20
3.3 VALOR PATRIMONIAL	21
4. DESTAQUES FINANCEIROS	24
4.1 ESTATAIS COM MAIOR PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
4.2 ESTATAIS COM PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	25
4.3 ESTATAIS COM MENOR E MAIOR RENTABILIDADE.....	26
4.4 PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	31
4.5 ENDIVIDAMENTO	33
4.6 CUSTO DE CAPITAL (WACC).....	35
4.7 RECEITAS DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (JCP).....	37
5. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	38
5.1 A ATUAÇÃO DA SECRETARIA DO TESOIRO ESTADUAL	39
5.2 ASSESSORAMENTO DO ESTADO NAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	39
5.3 RELATÓRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTES.....	40
5.4 ACOMPANHAMENTO DOS PERFIS DE CARGOS ESTATUTÁRIOS	43
5.5 ACOMPANHAMENTO DOS PERFIS DE CARGOS EM COMISSÃO E	

EMPREGOS PÚBLICOS	46
5.5.1 ATRIBUTOS NATURAIS.....	47
5.5.2 ATRIBUTOS REMUNERATÓRIOS	52
5.5.3 ATRIBUTOS DE QUALIFICAÇÃO	53
6. RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS	57
6.1 RELAÇÃO DAS ESTATAIS COM OS SETORES	57
6.2 RELAÇÃO DAS ESTATAIS COM A CESTA DE INDICADORES.....	58
6.2.1 TECNOLOGIA.....	58
6.2.2 ENERGIA.....	61
6.2.3 SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS.....	62
6.2.4 GESTÃO DE ATIVOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	65
6.2.5 TRANSPORTE E LOGÍSTICA	67
6.2.6 AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	70
6.3 RELAÇÃO DAS ESTATAIS COM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO.....	74



1. INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se à etapa “Atividade 12 – Boletim de participações societárias”, do Contrato-SEFAZ 37/2023, constante, por sua vez, no Processo de Aquisição Nº 09022031/2022, SACC Nº 1282390, o qual tem por objeto a prestação de serviço especializado de consultoria técnica e administrativa relativo à gestão das participações societárias diretas e indiretas do Estado do Ceará, para fins de cumprimento do Decreto Estadual No 34.723, de 02 de maio de 2022.

Sobre a natureza desta pesquisa, as seguintes observações devem ser consideradas:

- As análises das informações (públicas ou confidenciais) disponibilizadas pelas respectivas administrações das empresas não têm caráter de auditoria. Além disso, ressalta-se que não são parte deste trabalho a determinação do valor econômico de possíveis contingências, nem quaisquer outros ajustes às demonstrações financeiras.
- O trabalho foi orientado pelos objetivos, premissas e demais termos e condições constantes no Contrato SEFAZ 37/2023, a fim de fornecer informações de uso da Secretaria da Fazenda. A CEARAPAR não se responsabiliza pela utilização destas informações por outrem, ou para propósito diverso deste trabalho, nem pelas informações disponibilizadas em canais oficiais das empresas analisadas.
- Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A pesquisa se desenvolve no escopo das empresas estatais do Ceará. Para melhor compreensão sobre esse termo, empresas estatais, afirma-se que ele resume as denominações de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Destaca-se que empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos

Municípios. A sociedade de economia mista, por sua vez, é uma empresa que possui capital do mercado e do governo, sendo este seu controlador.

Essa consultoria especializada baseia-se no entendimento de que é fundamental que o Estado do Ceará, de maneira proativa, exerça a gestão de seus ativos com foco na qualidade da governança, sustentabilidade, transparência, atingindo rentabilidade econômica e retorno social.

Nessa direção, o presente produto, denominado “Boletim de participações societárias” é o quarto de quatro estudos sobre o Desempenho e Performance das estatais cearenses. O escopo conjunto dessas quatro etapas inclui, para cada estatal cearense, dentre outros, o seguinte:

- Modelos de receita;
- Teses de investimento;
- Análise de Ambiente (interno e externo);
- Análise da estrutura de capital;
- Análise do custo de oportunidade e de riscos;
- Avaliação da saúde financeira;
- Análise das margens operacionais e bruta;
- Análise de rentabilidade e lucratividade dos negócios;
- Análise dos investimentos e financiamentos de curto prazo;
- Análise do Capital de Giro Líquido (CGL);
- Geração e perfil dos fluxos de caixa; e
- Endividamento e serviços da dívida;

No caso específico deste Relatório 12, o escopo é composto pela análise consolidada do desempenho e performance das estatais. O boletim trará uma visão interessante aos olhos do acionista, o cidadão cearense, que procura avaliar o retorno econômico e social de seus investimentos, no presente e ao longo do tempo, em seus aspectos mais importantes.

Assim, esta etapa realiza a quarta contribuição para melhorar o entendimento sobre os modelos de negócios das estatais do Ceará.

Além desta seção introdutória, este documento está organizado como se segue. A segunda seção trata da contextualização do tema referente ao boletim de participações societárias. A terceira seção apresenta a carteira de participações analisando tipo e número de participações, setores de atividade e valor patrimonial. Na quarta seção são destacados os resultados financeiros consolidados das empresas estudadas. A quinta seção trata da governança corporativa. Na seção final são apresentados os resultados socioeconômicos.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Conforme determina a Constituição Federal a exploração direta de atividades econômicas pelo Estado é permitida em casos em que haja relevante interesse coletivo. Não obstante, é comum que a atuação em setores estratégicos da economia seja predominantemente estatal, mesmo em países com diferentes modelos econômicos e graus de desenvolvimento.

Apesar do papel social das estatais e da capacidade estrutural do Governo em absorver os riscos dos empreendimentos e das externalidades negativas das atividades econômicas, as estatais não deixam de ser empresas e sua saúde financeira também é fator relevante para a sobrevivência destas e da sua capacidade de induzir o desenvolvimento econômico, sem comprometer as contas públicas. Sendo assim, uma estatal deve buscar atingir o bem-estar econômico e social com plena eficiência na utilização de seus recursos.

Para os investidores em empresas os dividendos constituem o retorno financeiro mais esperado destas participações societárias. Porém, no caso de uma estatal, onde o principal investidor é o Estado, o retorno financeiro não é o único, pois os benefícios à sociedade também são retornos importantes, mas precisam ser analisados com atenção.

Estes dividendos são a remuneração do acionista e correspondem a um percentual do lucro líquido do exercício que, por sua vez, é um indicador relevante do desempenho financeiro. A receita de dividendos representa entrada de recursos, o que implica no aumento do ativo e Tesouro Estadual, no caso do “Estado-Investidor”.

Sem um bom desempenho financeiro a estatal pode comprometer sua capacidade de gerar bem estar social, portanto, um boletim de participações societárias é importante para o acompanhamento e a compreensão da dinâmica destas participações considerando a conjuntura econômica e social do país, do estado e do momento do tempo que está sendo observado, a fim de garantir gestão mais eficiente dos recursos e o planejamento das políticas de desenvolvimento econômico que dependem destes, tanto de forma direta como indireta.

3. A CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Dentre as onze estatais analisadas neste boletim vale ressaltar que duas delas, EMATERCE e ETICE, são destacadas como empresas públicas e classificadas como estatais dependentes, ou seja, recebem substancial apoio financeiro do Tesouro Estadual para garantir a plena operacionalidade de suas atividades.

As demais são categorizadas como sociedade de economia mista, nas quais o Estado detém participação majoritária, beneficiando-se dos dividendos. Há de se destacar também o caso da ZPE, que é indiretamente gerida pelo Estado uma vez que é subsidiária do CIPP.

Tabela 1 - Estrutura de participação acionária das estatais com participação majoritária do Estado do Ceará até 31 de dezembro de 2022.

EMPRESA	ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%
ADECE*	ESTADO DO CEARÁ	124.633.269	0,99	286.133	100
	OUTROS ACIONISTAS	59.650	0,01	0	0,00
CAGECE	ESTADO DO CEARÁ	162.158.299	0,88	38.708	0,68
	MUNICÍPIO DE FORTALEZA	21.340.376	0,11	0	0,00
	OUTROS ACIONISTAS	287	0,01	18.169	0,32
CIPP	ESTADO DO CEARÁ	123.848.859	0,70	0	-
	PORT OF PECÉM PART BV	53.078.083	0,30	0	-
CEASA	ESTADO DO CEARÁ	818.302	0,99	0	-
	BNDES	5.443	0,006	0	-
	OUTROS ACIONISTAS	14	0,004	0	-
CEGÁS	ESTADO DO CEARÁ	7.633.048	0,58	3.816.809	0,15
	MITSUI GAS E ENERGIA LTDA	3.217.667	0,24	13.133.333	0,50
	COMMIT GASA AS	2.282.619	0,17	9.316.809	0,35
COGERH	ESTADO DO CEARÁ	151.380.031	0,99	0	-
	OUTROS ACIONISTAS	7	0,000	0	-
CEARAPAR	ESTADO DO CEARÁ	4.999.999	0,99	0	-
	ADECE	1	0,000	0	-
METROFOR	ESTADO DO CEARÁ	2.984.946.567	0,99	994.984.189	100
	OUTROS ACIONISTAS	33	0,000	11	0,00
ETICE	ESTADO DO CEARÁ	1	100	-	-
EMATERCE	ESTADO DO CEARÁ	1	100	-	-
ZPE	CIPP	1	100	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados do Balanço Geral do Estado de 2022 e demonstrativos contábeis das empresas.

*A participação do Estado do Ceará no patrimônio líquido da ADECE foi ajustada e está divergente do valor publicado no Balanço Geral do Estado de 2022.

3.1 TIPOS E NÚMEROS DE PARTICIPAÇÕES

As empresas examinadas neste boletim operam predominantemente como sociedades anônimas, ou seja, seu capital social não se encontra atribuído a um nome específico, mas sim dividido em ações que podem ser transacionadas livremente, abrindo a possibilidade de receber aportes financeiros mediante a incorporação de sócios.

Dentro deste enquadramento, existem primariamente dois tipos de ações, as ordinárias e as preferenciais, cada uma com suas características e direitos distintos:

- **Ações Ordinárias:** os proprietários destas ações têm o direito de voto nas assembleias gerais da empresa, permitindo-lhes influenciar as decisões estratégicas e de gestão. Este tipo de ação permite que os acionistas participem ativamente da governança corporativa, contribuindo para as diretrizes e políticas da empresa.
- **Ações Preferenciais:** estas ações, embora não concedam o direito de voto ou o limite, oferecem vantagens financeiras aos seus titulares. Os acionistas preferenciais geralmente recebem dividendos antes e em valores mais altos do que os acionistas ordinários. Além disso, em caso de liquidação da empresa, os detentores de ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital investido.

Quanto ao número, o Governo do Estado possui 99% das ações ordinárias de 05 (cinco) das 11 (onze) estatais que compõem a análise deste boletim, sendo elas: ADECE, CEASA, COGERH, CEARAPAR e METROFOR. No caso de ETICE, EMATERCE e ZPE o Ceará é detentor de 100% das ações.

A empresa na qual o Ceará possui o menor percentual de ações é a CEGÁS, sendo detentor de 58% das cotas.

3.2 SETORES DE ATIVIDADE

Os setores foram definidos utilizando como base o sistema de Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE). As estatais analisadas no presente boletim foram setorizadas em conformidade com sua atividade principal, descrita na carta de serviços da

própria empresa, e algumas foram agrupadas dentro destes setores de acordo com a correlação entre suas atividades, pelo nível de Grupo do CNAE.

Quadro 1 - Empresas estatais com participação majoritária no Governo do Estado do Ceará – 2024.

Empresas Estatais com participação majoritária do Governo do Estado do Ceará - 2024					
Tecnologia	Energia	Saneamento & Recursos Hídricos	Gestão de Ativos & Desenvolvimento Econômico	Transporte & Logística	Agricultura & Abastecimento Alimentar
					

Fonte: Elaboração própria.

Depreende-se do Quadro 1 – Empresas estatais com participação majoritária no Governo do Estado do Ceará – 2024 que o recorte do boletim apresenta 06 (seis) setores para os quais apenas 02 (dois) possuem uma única empresa pertencente, no caso setor de Tecnologia com a empresa ETICE e o de Energia com a empresa CEGÁS. Vale destacar também que a estatal CIPP mantém o controle indireto de uma empresa denominada ZPE.

O Governo Estadual atua em segmentos onde o Governo Federal também possui ativa participação societária, como energia, saneamento, recursos hídricos, dentre outros. Atualmente, as estatais de controle majoritário no Ceará contemplam 04 (quatro) dos 06 (seis) eixos principais do plano de neointustrialização do Ministério da Economia.

3.3 VALOR PATRIMONIAL

O patrimônio líquido é um dos componentes mais importantes do balanço patrimonial, corresponde à riqueza da empresa, ou seja, a riqueza que realmente pertence aos acionistas. O patrimônio líquido positivo significa que os ativos superam os passivos, por outro lado, quando negativo, pode sugerir problemas financeiros ou altos endividamentos.

O grande destaque dentre as estatais analisadas neste boletim é a CAGECE, responsável por, em média, no período analisado, 48% do total do patrimônio líquido.

O CIPP e o METROFOR também ocuparam o top do ranking com 21% e 19% de participação respectivamente, como pode-se observar no quadro 2.

Quadro 2 - Evolução do patrimônio líquido das empresas com participações majoritárias do governo do Estado do Ceará (em R\$ milhares)

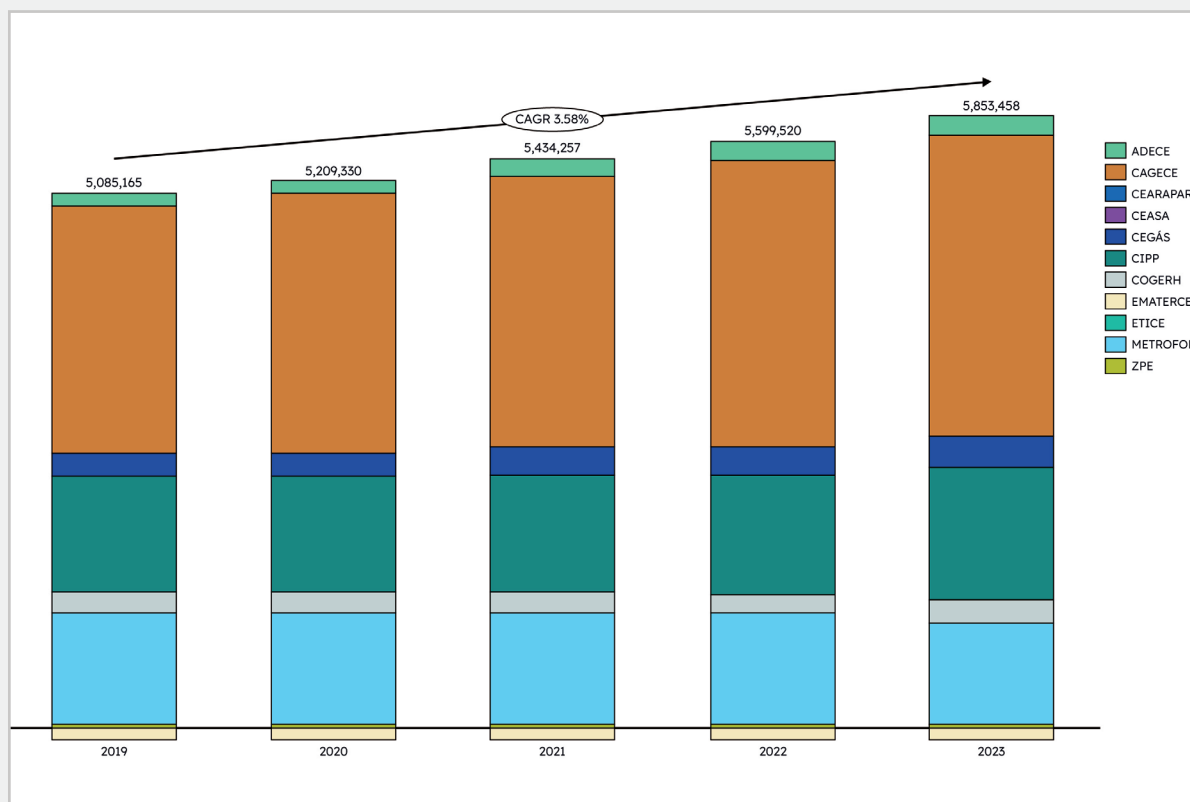
PL	2019	2020	2021	2022	2023
ADECE	115.712	118.425	161.434	185.897	195.686
CAGECE	2.411.906	2.510.827	2.639.893	2.787.894	2.919.836
CEARAPAR	0	0	2.827	2.863	1.289
CEASA	4.935	5.693	5.394	4.031	6.713
CEGÁS	206.581	224.014	253.643	251.753	289.669
CIPP	1.116.814	1.118.350	1.153.434	1.182.528	1.271.966
COGERH	225.956	229.626	242.762	234.538	242.918
EMATERCE	-109.439	-110.870	-100.863	-103.619	-93.540
ETICE	6.728	13.749	12.710	12.309	13.984
METROFOR	1.085.576	1.074.855	1.043.325	1.022.701	979.292
ZPE	20.395	24.661	19.697	18.625	25.644
TOTAL	5.085.165	5.209.330	5.434.257	5.599.520	5.853.458

Fonte: Elaboração própria a partir das demonstrações financeiras das empresas.

Ao final de 2023 as empresas com participações majoritárias do Governo do Estado do Ceará somavam um patrimônio líquido de R\$ 5,8 bilhões. Para fins de comparação, as empresas cearenses Pague Menos, Grendene e M. Dias Branco, todas de capital aberto na B3, somam um valor de mercado de R\$ 1,67 bilhão, R\$ 5,57 bilhões e R\$ 9,6 bilhões, respectivamente.

Entre 2019 e 2023 essas empresas apresentaram uma taxa de crescimento anual composta (CAGR, na expressão em inglês “Compound Annual Growth Rate”) de 3,6% ampliando o patrimônio líquido em R\$ 768 milhões. O crescimento ao longo dos anos foi constante, variando entre 2,5% e 4,5% no comparativo ano a ano.

Gráfico 1 - Evolução do patrimônio líquido das empresas com participações majoritárias do governo do Estado do Ceará (em R\$ milhares).



Fonte: Elaboração própria a partir das demonstrações financeiras das empresas.

Essa posição em conjunto indica um aumento do patrimônio total, em termos monetários, no entanto, considerando o efeito inflação, medida pelo IPCA, o Estado na verdade perdeu riqueza equivalente a aproximadamente R\$ 620 milhões.

Considerando como custo de oportunidade o rendimento acumulado do CDI, no período de dezembro de 2019 a dezembro de 2023, o montante correspondente ao patrimônio líquido total ao final do exercício de 2019, se aplicado a 100% do CDI, desprezando impostos, teria um rendimento de 36,34%, ou seja, cerca de R\$ 1,07 bilhão adicional ao valor do patrimônio líquido total do fechamento do exercício de 2023.

4. DESTAQUES FINANCEIROS

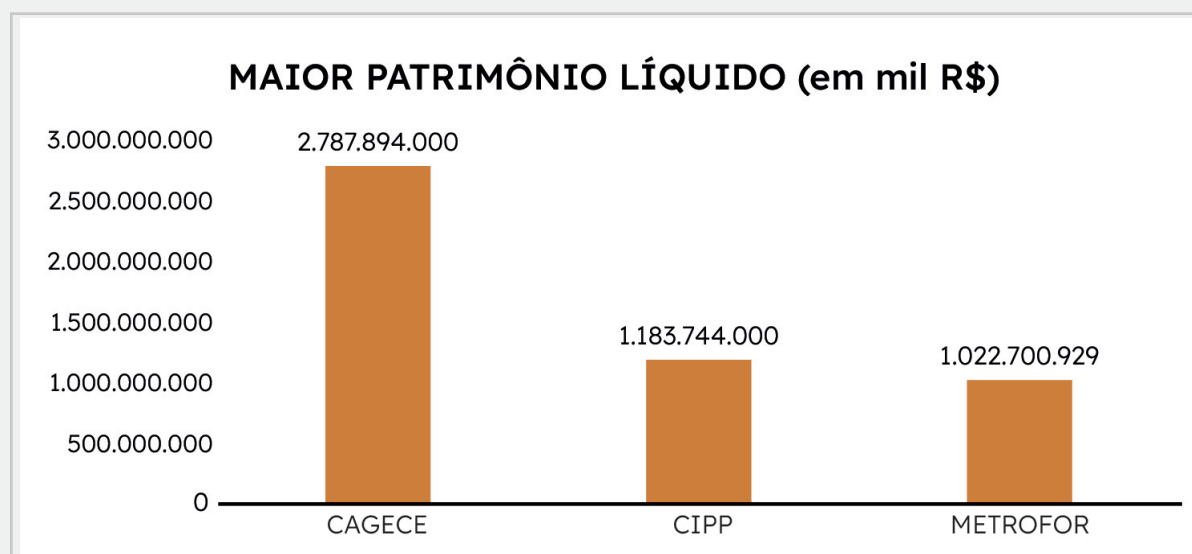
Nesta seção o boletim apresentará a análise consolidada dos principais indicadores financeiros das empresas estatais sob estudo.

4.1 ESTATAIS COM MAIOR PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Como mencionado na subseção 3.2., o patrimônio líquido é um dos componentes mais importantes do balanço patrimonial, corresponde à riqueza da empresa, ou seja, a riqueza que realmente pertence aos acionistas.

Do conjunto de 11 (onze) empresas analisadas neste boletim 03 (três) ganham destaque, sendo elas CAGECE, CIPP e METROFOR, atingido um patamar de geração de riqueza para os acionistas acima do montante de R\$ 1 bilhão, individualmente.

Gráfico 2 - Participações societárias majoritárias do Estado do Ceará com patrimônio líquido acima de R\$ 1 bilhão, até 31.12.2022.



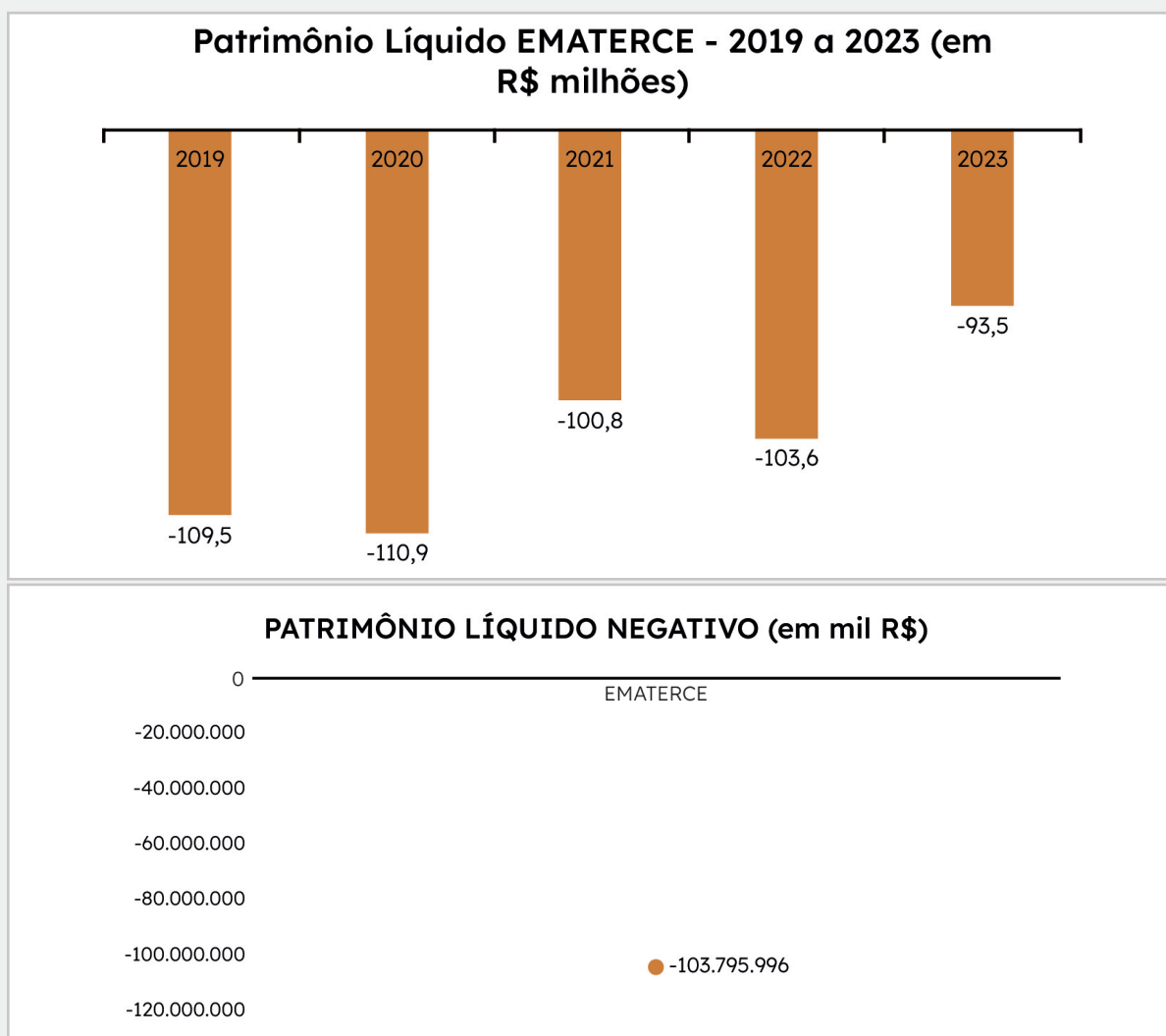
Fonte: Elaboração própria com dados do balanço geral do estado de 2022 e demonstrativos contábeis das empresas.

4.2 ESTATAIS COM PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

O patrimônio líquido negativo pode ser um indicador de problemas financeiros ou até mesmo de endividamento, porém, nem sempre esse cenário representa um desempenho realmente insatisfatório. Não é incomum, por exemplo, o endividamento de empresas a fim de financiar projetos portanto, a observância de um resultado negativo do patrimônio líquido deve levar em consideração outros aspectos também.

A única estatal das 11 (onze) analisadas neste boletim que apresenta patrimônio líquido negativo é a EMATERCE, cujo valor em 31.01.2023 atingiu o montante de -R\$ 93,5 milhões.

Gráfico 3 - Patrimônio líquido da EMATERCE, de 2019 a 2023, em milhões de reais.



Fonte: Elaboração própria com dados do balanço geral do estado de 2023 e demonstrativos contábeis das empresas.

A EMATERCE apresentou uma retração no ativo, entre 2019 e 2023, com destaque para a rubrica Valores Mobiliários-Recursos Próprios, que são recursos oriundos de prestação de serviços de orientação técnica e gerencial e receitas geradas nos centros de treinamentos, que apresentou no período uma queda na CAGR da ordem de 35%.

Levando em consideração que a principal atividade da estatal é o acompanhamento técnico e a capacitação de agricultores, atividades que ficaram impossibilitadas ou restritas de serem realizadas na conjuntura das medidas sanitárias de lockdown durante o enfrentamento da pandemia da COVID 19, esse resultado ao final de 2023 muito provavelmente ainda carrega o efeito da queda dessas receitas.

4.3 ESTATAIS COM MENOR E MAIOR RENTABILIDADE

Quanto aos indicadores referentes a rentabilidade e lucratividade a análise inicia pelas margens bruta, líquida e operacional (EBITDA)¹. Na análise da margem bruta é possível observar que todas as empresas analisadas apresentaram lucro bruto no ano de 2023. Portanto, obtiveram uma margem bruta positiva.

Tabela 2 - Geração e perfil dos fluxos de caixa.

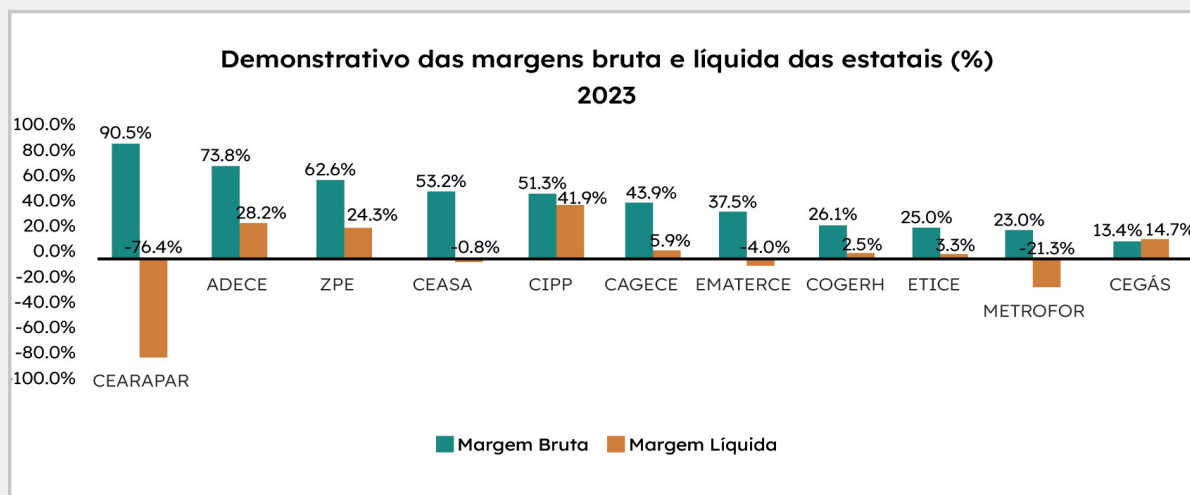
RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE 2023											
	ADECE	CAGECE	CEARAPAR	CEASA	CEGÁS	CIPP	COGERH	EMATERCE	ETICE	METROFOR	ZPE
MARGEM BRUTA	73,8%	43,9%	90,5%	53,2%	13,4%	51,3%	26,1%	37,5%	25,0%	23,0%	62,6%
MARGEM LÍQUIDA	28,2%	5,9%	-76,4%	-0,8%	14,7%	41,9%	2,5%	-4,0%	3,3%	-21,3%	24,3%
MARGEM OPERACIONAL (EBITDA)	23,52%	21,50%	-73,99%	0,76%	18,08%	49,18%	12,51%	0,02%		16,70%	39,90%
GIRO DO ATIVO	0,15	0,35	1,14	2,69	1,42	0,20	0,67	7,67	4,05	0,14	1,22
RETORNO SOBRE ATIVO (ROA)	4,33%	2,07%	-86,99%	-2,10%	20,78%	8,38%	1,69%	-30,60%	13,50%	-2,98%	29,64%
RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO (ROE)	6,35%	4,12%	-122,15%	-3,40%	31,11%	8,83%	2,07%	-5,39%	55,84%	-4,88%	36,50%
MULTIPLICADOR DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA (MAF)	1,46	1,99	1,40	1,62	1,50	1,05	1,23	-0,18	4,14	1,64	1,23

Fonte: Elaboração própria a partir das demonstrações financeiras das empresas.

¹ As margens aqui mencionadas referem-se às relações percentuais entre os resultados (bruto, líquido e operacional) e o faturamento das empresas. EBITDA = Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization, equivalente em inglês a “Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização” (LAJIDA).

O destaque neste indicador vai para a CEARAPAR, que apresentou a maior margem bruta, de 90,5% em 2023, sendo este seu primeiro ano de geração de receita pelas operações. A ADECE, ZPE, CEASA e CIPP também ficaram em posição de destaque com margem bruta superior a 50%. Por outro lado, o METROFOR e a CEGÁS apresentaram as menores margens brutas em 2023, de 23,0% e 13,4%, respectivamente.

Gráfico 4 - Demonstrativo das margens bruta e líquida das estatais, em pontos percentuais, 2023.



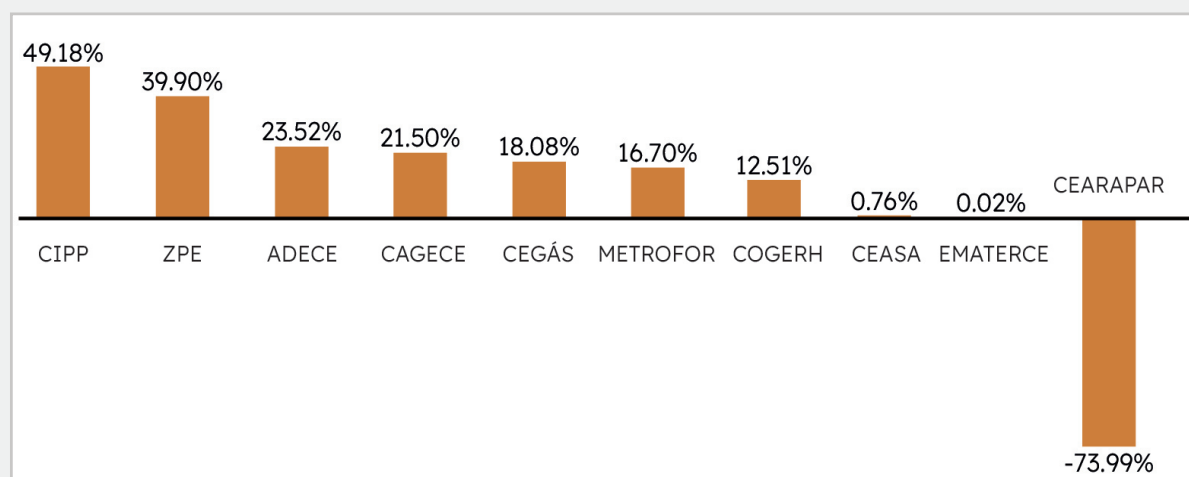
Fonte: Elaboração própria a partir das demonstrações financeiras das empresas.

Quando da análise da margem líquida, é possível ver o impacto das receitas e despesas operacionais e financeiras, bem como dos impostos. Nesse contexto, cabe ressaltar que a CEGÁS que, apesar de ter sido responsável pela menor margem bruta, apresentou uma margem líquida de 14,7%, ficando atrás apenas da ADECE, ZPE e CIPP. O CIPP, por sua vez, apresentou a maior margem líquida no ano, de 42,9%, seguido da ADECE (28,2%).

Já a CEARAPAR, dona da maior margem bruta, apresentou menor margem líquida, de -76,4%. No mesmo contexto, a CEASA, EMATERCE e METROFOR, também apresentaram prejuízos em 2023. Portanto, com margem líquida negativa.

Quanto à análise da margem EBITDA observa-se que, com exceção da CEARAPAR, todas as empresas analisadas geraram caixa com suas operações em 2023. Cabe ressaltar, no entanto, o contexto da CEARAPAR que durante os anos iniciais de operação se dedicou a criar uma estrutura regulamentar e técnica para melhor desempenhar o seu papel na gestão de ativos do Estado.

Gráfico 5 - Demonstrativo da margem operacional (EBITDA) das estatais, em pontos percentuais, em 2023.



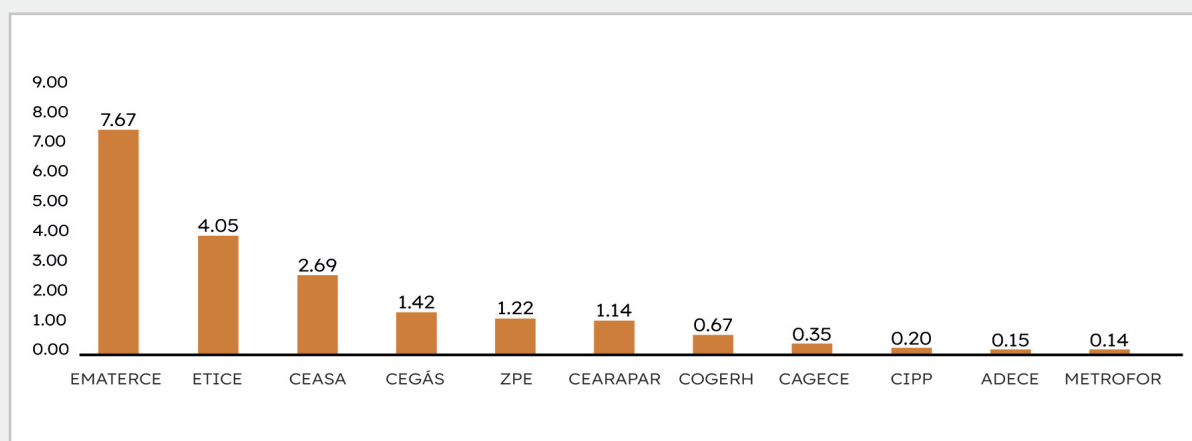
Fonte: Elaboração própria a partir das demonstrações financeiras das empresas

Sobre as demais empresas, destacam-se o CIPP e a ZPE, subsidiária da primeira, que apresentaram uma margem EBITDA superior a 39,9% em 2023. No caso da EMATERCE, apesar do prejuízo em 2023, ela gerou caixa com suas operações, mas responsável pela menor margem EBITDA, de 0,02%, indicando uma situação de baixo desempenho. Ainda, cabe lembrar que a EMATERCE se trata de uma estatal dependente que recebe substancial apoio financeiro do Tesouro Estadual.

Em relação ao giro do ativo, que relaciona o quanto uma empresa vendeu em relação a seus ativos, cabe reiterar que o indicador varia muito de acordo com o setor e segmento de atuação das empresas. Setores que possuem poucos ativos “asset light”, costumam ter menos bens e conseguir lucros a partir de seus serviços. Nestes casos, o indicador pode se mostrar enviesado. Portanto, cabe cautela na hora de comparar os resultados deste indicador no âmbito das estatais cearenses.

Contudo, o maior giro do ativo em 2023 foi o da EMATERCE, de 7,67, ao passo que o menor foi do METROFOR, de 0,14. Ou seja, conforme exposto, quando avaliado este indicador em conjunto com a margem líquida e a margem EBITDA, é visto que a EMATERCE, apesar de apresentar o maior giro do ativo, se encontra em situação de vulnerabilidade.

Gráfico 6 - Demonstrativo do giro do ativo das estatais, 2023.



Fonte: Elaboração própria a partir das demonstrações financeiras das empresas

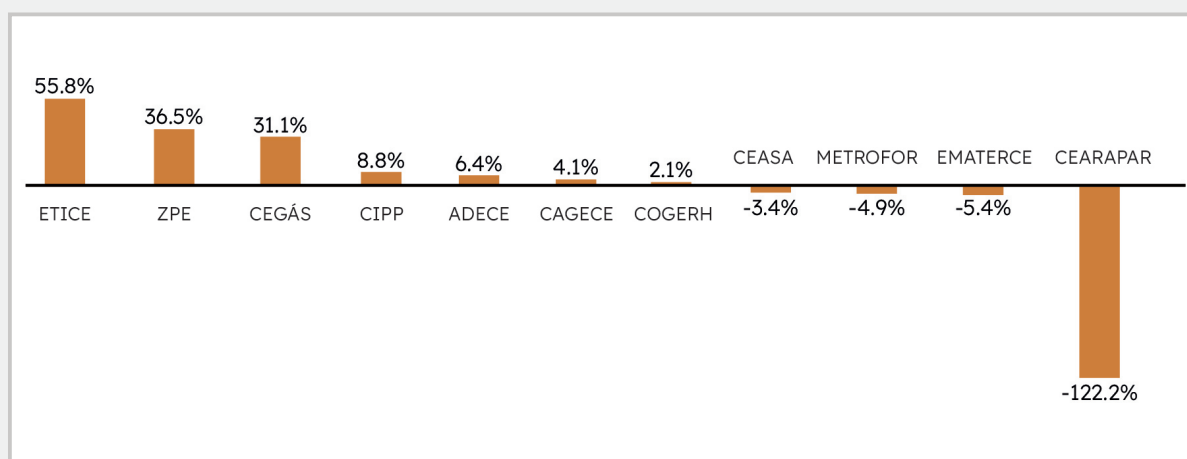
O retorno sobre o patrimônio líquido, ROE, é de extrema importância e mede o resultado que uma empresa é capaz de gerar a partir do seu patrimônio. Ou seja, o quanto de riqueza é gerada para o acionista.

Em 2023, a ETICE foi responsável pelo maior ROE, de 55,8%, seguida da ZPE (36,5%), e CEGÁS (31,1%). O CIPP, ADECE, CAGECE e COGERH, também geraram riqueza para seus acionistas, com ROE variando entre 2,1% e 8,8% em 2023. Nesse contexto, cabe a ressalva que a ETICE se enquadra como estatal dependente, recebendo substancial apoio financeiro do Tesouro para sustentar suas operações.

Por outro lado, a CEARAPAR, EMATERCE, METROFOR e CEASA, apresentaram ROE negativo em 2023, o que significa que destruíram riqueza de seus acionistas. A CEARAPAR apresentou o pior indicador, de -122,2%.

No entanto, cabe a ressalva quanto sua realidade de criar uma estrutura regulamentar e técnica para melhor desempenhar o seu papel de gestão dos ativos do Estado, usando, assim, o aporte inicial de capital para financiar tais despesas pré-operacionais.

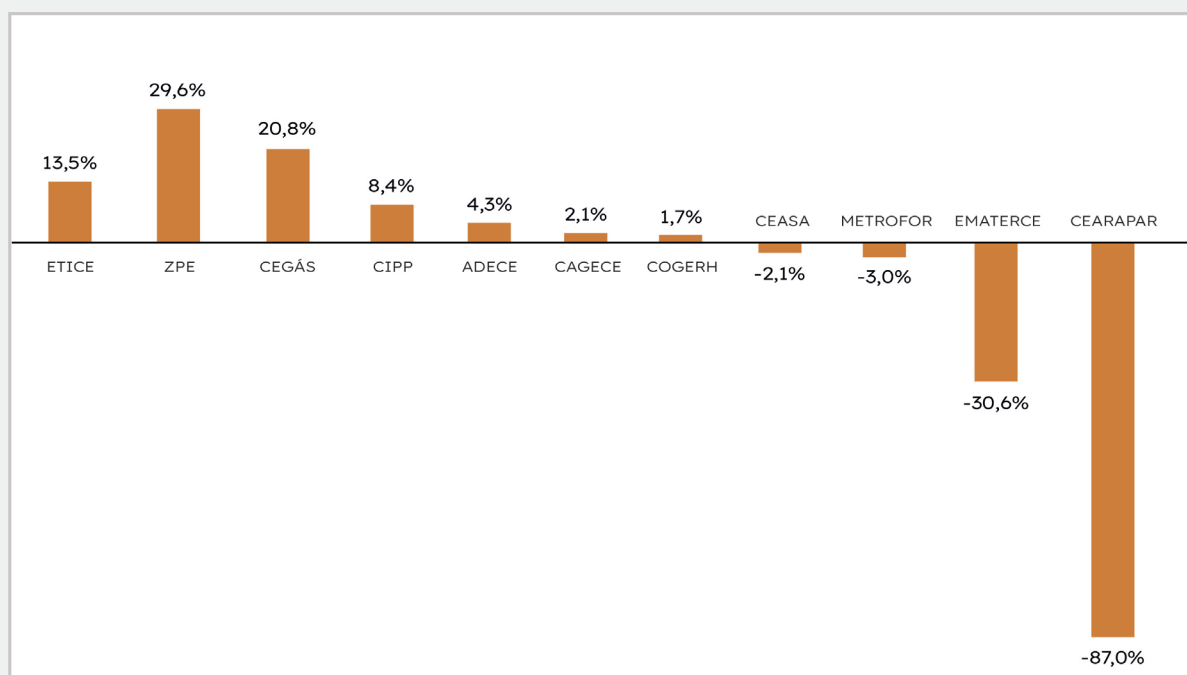
Gráfico 7 - Demonstrativo dos retornos sobre o patrimônio líquido - 2023.



Fonte: Elaboração própria a partir das demonstrações financeiras das empresas.

Já em relação ao retorno sobre o ativo (ROA), que permite o entendimento sobre a rentabilidade dos ativos, ou seja, a capacidade de gerar lucro tanto por capital próprio como por endividamento, considerando os prejuízos apresentados pela CEARAPAR, EMATERCE, METROFOR e CEASA, estas também apresentaram ROA negativo em 2023.

Gráfico 8 - Retorno sobre o ativo ROA 2023.

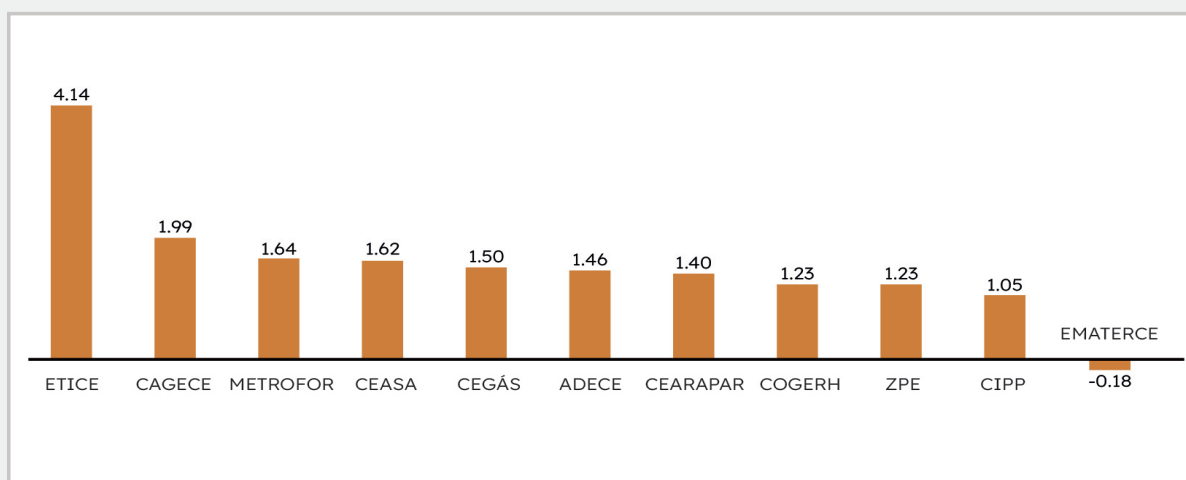


Fonte: Elaboração própria a partir das demonstrações financeiras das empresas.

O destaque de maior ROA ficou a cargo da ZPE, de 29,6%, seguida da CEGÁS, de 20,8%, e da ETICE, de 13,5%. Já o CIPP, foi a única empresa que apresentou ROA e ROE bem próximos, com diferença de 0,4%, reflexo do baixo multiplicador de alavancagem financeira.

Na análise do indicador de alavancagem financeira cabe a ressalva quanto à EMATER-CE, que apresentou um indicador negativo considerando seu patrimônio líquido negativo, portanto, o indicador perde o sentido, uma vez que não conta com patrimônio.

Gráfico 9 - Demonstrativo do multiplicador de alavancagem financeira (MAF), 2023.



Fonte: Elaboração própria a partir das demonstrações financeiras das empresas.

Em relação às demais empresas, a ETICE apresentou a maior alavancagem em 2023, de 4,14, portanto, ela foi a empresa que apresentou a maior participação de passivos em relação ao capital próprio, seguida da CAGECE (1,99) e METROFOR (1,64). Por outro lado, o CIPP, conforme já mencionado, apresentou a menor alavancagem, com indicador de 1,05.

4.4 PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS

Este boletim incluiu o mapeamento das 7 (sete) empresas nas quais o Estado do Ceará possui participações minoritárias, sendo elas: Companhia Docas do Ceará, Empresa de Utilidades Industriais do Pecém, OI S.A., Sane Energia, Siderúrgica Latino-Americana, TAC Motors e VSA – Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais.

Dessas, apenas a Companhia Docas contou com investimento direto do Estado do Ceará; ou seja, as demais empresas mapeadas receberam tão somente investimentos indiretos, realizados por meio de estatais.

Tabela 3 - Participações minoritárias do Estado do Ceará, 2023.

EMPRESA	SÓCIOS	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	% ESTADO DO CEARÁ	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL - ESTADO DO CEARÁ (EM R\$)
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ	GOVERNO FEDERAL	Direta	0,05%	166.896
	GOVERNO ESTADO DO CEARÁ			
	PREFEITURA DE FORTALEZA			
	PREFEITURA DE MARANGUAPE			
	PREFEITURA DE CAUCAIA			
	PREFEITURA DE CAMOCIM			
	PREFEITURA DE ARACATI			
UTILITAS PECÉM	PB CONSTRUÇÕES	Indireta	15%	225.000
	CAGECE			
VSA	VICUNHA SERVIÇOS	Indireta	49%	20.439.830
	CAGECE			
SANE ENERGIA	GOENER PARTICIPAÇÕES	Indireta	15%	1.500
	CAGECE			
TAC MOTORS INDÚSTRIA AUTOMOTIVA	TAC MOTORS	Indireta	-	14.999.996
	ADECE			
SIDERÚRGICA LATINO-AMERICANA*	GERDAU	Indireta	3,65%	21.111.185
	ADECE			
OI S/A	CEASA CE	Indireta	-	42.916
	CODECE			

*Nota: valor referente à participação na Empresa em 2021.

Fonte: Elaboração própria, com dados e demonstrativos contábeis de cada empresa.

Observa-se que a maior participação no Capital Social, tanto relativa quanto absoluta, ocorre na VSA – Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A., uma

Sociedade de Propósito Específico (SPE) constituída, conjuntamente, em 2020, pela CAGECE e a empresa Vicunha Serviços Ltda, subsidiária do Grupo Vicunha.

Isso é decorrente da estratégia estatal de atuar em setores emergentes, como pode ser notado também em outras linhas da Tabela 3. Ou seja, pode-se afirmar que a maior parte dos investimentos foi realizada por empresas estatais, atuando em setores que estão se expandindo rapidamente e se tornando cada vez mais integrados à economia do Estado.

No caso da CAGECE, por exemplo, sua atuação nos últimos anos tem priorizado práticas sustentáveis para reduzir o impacto ambiental – casos do reuso industrial e da geração de energia limpa.

Além da VSA, uma SPE concentrada no desenvolvimento industrial dos municípios de Pacajus e Horizonte (ambos na Região Metropolitana de Fortaleza), essa estratégia de investimento é responsável pela formação de outras duas Sociedades de Propósito Específico: Utilitas Pecém, focada no Complexo Industrial renovável.

Especificamente em relação ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP S/A.), conforme as demonstrações financeiras do ano 2023, evidenciou-se um investimento na Têxtil Bezerra de Menezes (TBM) avaliado em R\$ 10.000,00. Além disso, o CIPP S/A., apesar de ter uma participação minoritária na Gerdau S.A., não apresentou registro de investimento em 2023 para esta empresa, sugerindo a ocorrência de desinvestimento.

Porém, a ausência de detalhes sobre esses investimentos nos relatórios públicos do CIPP S/A. impede a confirmação de sua natureza, sendo, portanto, necessárias investigações futuras a esse respeito.

4.5 ENDIVIDAMENTO

O endividamento neste boletim corresponde aos empréstimos, financiamentos e debentures, ou seja, o passivo oneroso. No período, das 11 (onze) empresas apenas 5 (cinco) apresentaram endividamento em um ou mais anos, a saber: CAGECE, CEA-SA, CEGÁS, EMATERCE e ZPE.

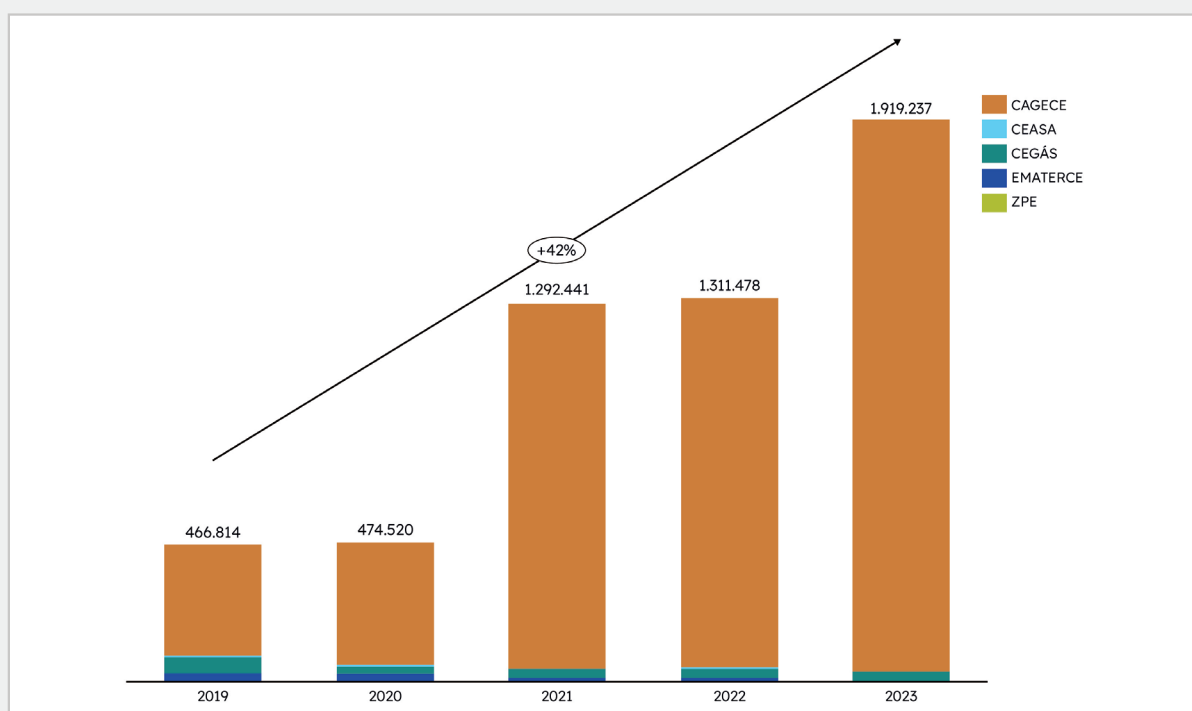
Quadro 3 - Evolução do endividamento das empresas com participações majoritárias do governo do Estado do Ceará (em R\$ milhares).

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2019	2020	2021	2022	2023
CAGECE	378.294	420.161	1.244.973	1.264.887	1.889.190
CEASA	1.611	1.611	1.611	1.611	0
CEGÁS	59.862	25.226	30.499	30.728	30.047
EMATERCE	27.046	27.522	15.357	14.252	0
ZPE	2	0	2	0	0
TOTAL	466.814	474.520	1.292.441	1.311.478	1.919.237

Fonte: Elaboração própria a partir das demonstrações financeiras das empresas.

Destas, apenas a CAGECE e a CEGÁS mantiveram um passivo oneroso em todos esses anos. A EMATERCE e a CEASA zeraram o passivo oneroso em 2023. E, por fim, a ZPE apresentou nos anos de 2019 e 2021 um valor irrisório referente a empréstimo consignado a diretora ainda não quitado junto à entidade financeira na época.

Gráfico 10 - Evolução do endividamento consolidado anual das empresas com participações majoritárias do governo do Estado do Ceará (em R\$ milhares).



Fonte: Elaboração própria a partir das demonstrações financeiras das empresas.

4.6 CUSTO DE CAPITAL (WACC)

O custo médio ponderado de capital (WACC) e Benchmarking Setor, demonstra o custo médio ponderado de capital de cada uma das estatais e um comparativo com o WACC do setor, como segue no quadro 4.

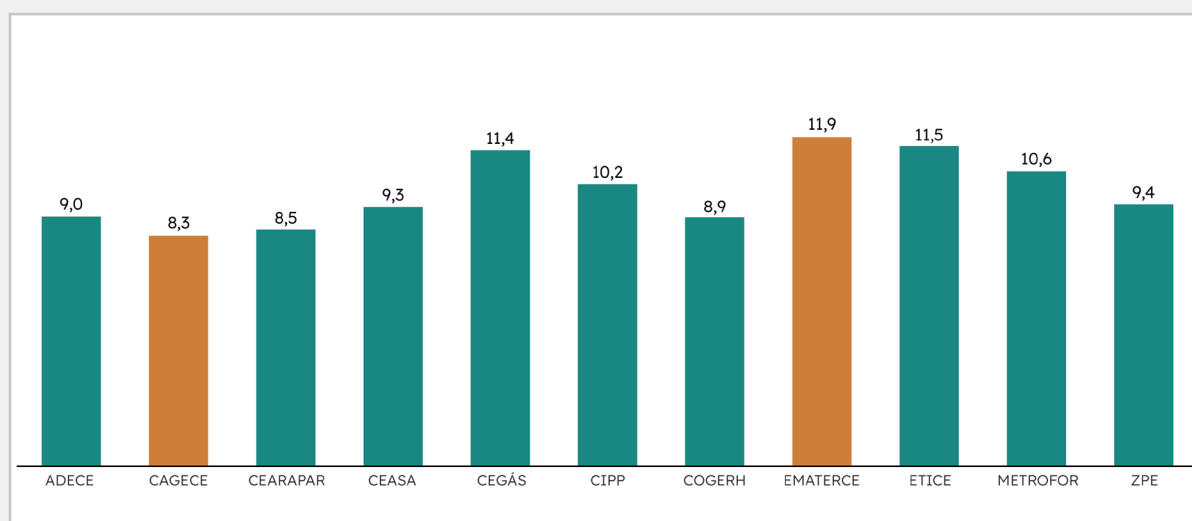
Quadro 4 - Custo médio ponderado de capital (WACC) e benchmarking setor.

CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL		WACC
	WACC	BENCHMARKING
ADECE	9,0%	9,5%
CAGECE	8,3%	8,4%
CEARAPAR	8,5%	9,8%
CEASA	9,3%	8,8%
CEGÁS	11,4%	10,1%
CIPP	10,2%	10,5%
COGERH	8,9%	8,4%
EMATERCE	11,9%	11,8%
ETICE	11,5%	11,0%
METROFOR	10,6%	9,7%
ZPE	9,4%	10,1%
MÉDIA	9,9%	9,8%

Fonte: Elaboração própria a partir do Índice Damodaran.

Foi observado que as empresas ADECE, CAGECE, CEARAPAR, CIPP e ZPE apresentaram um WACC inferior aos seus pares de setor, ao passo que a CEASA, CEGÁS, COGERH, EMATERCE, ETICE e METROFOR apresentaram um WACC superior.

Gráfico II - Custo médio ponderado de capital (WACC) consolidado.



Fonte: Elaboração própria.

O custo médio ponderado de capital – WACC das empresas com participação majoritária do Estado do Ceará foi de 9,9% em 2023. O intervalo observado nas análises realizadas variou entre 8,3% e 11,9%, sendo da CAGECE e EMATERCE, respectivamente.

Ampliando a análise para comparações setoriais em mercados emergentes, as empresas que mais se distanciaram das médias observadas no setor foram a CEARAPAR, -1,3%, e a CEGÁS, 1,3%. A EMATERCE, apesar de apresentar o maior WACC, foi a que mais se assemelhou às taxas vistas em seus pares. Em relação ao intervalo observado nos setores em mercados emergentes, a variação observada neste trabalho foi bastante aderente com o *benchmarking*, que variou desde 8,4% a 11,8%. Por fim, em média, as estatais cearenses apresentaram um WACC 0,1% superior à média do *benchmarking*.

Isto posto, corroborando com as teorias acerca do tema, as análises ora realizadas apresentam indícios de comportamentos que possuem convergência com ambas as teorias *Trade-off* e *Pecking Order*.² No entanto, a maior parte das empresas analisadas apresentaram comportamentos que convergem para *Pecking Order*.

² As teorias, *Pecking Order* e *Trade-Off*, rivalizam entre si na explicação de como as empresas supostamente financiam seus ativos. Fatores determinantes da alavancagem financeira podem ter relacionamentos opostos na interpretação de cada teoria. Espera-se que esses fatores determinantes possam ser mais significativos em contextos de crise financeira ou endividamento acentuado de empresas. Myers (2001) aponta que com base na teoria do *Trade-off*, as empresas buscam o estado de equilíbrio entre as vantagens fiscais do endividamento externo e o custo de possíveis dificuldades financeiras. Já a teoria do *Pecking Order* pontua que há uma ordem de preferência pelo uso de recursos para investimentos nas empresas, sendo que a retenção de caixa é a principal, seguida da dívida externa de baixo risco e, em última hipótese, o lançamento de novas ações no mercado.

Ainda, observou-se que a empresa mais alavancada e com maior PL, CAGECE, foi a que apresentou o menor WACC em 2023. Já a que apresentou o maior WACC, EMATERCE, foi a única que manteve um patrimônio líquido negativo em todo o período analisado.

4.7 RECEITAS DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (JCP)

Das 11 (onze) estatais analisadas por este boletim apenas 2 (duas) possuem resultado JCP calculável, sendo elas CAGECE e CEGÁS.

A CAGECE, em 2019, mediante aprovação na Assembleia Geral da Companhia aprovou a distribuição adicional de dividendos e a integralização de parte da reserva de retenção de lucros.

No ano de 2020, foi realizada uma redução de capital, de R\$ 34 milhões, onde em Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a aprovação de resgate de ações PNB de titularidade do Estado do Ceará e aprovação da redução do capital social para efetivar o resgate, com pagamento mediante entrega de bens do ativo não circulante. Os ganhos e perdas atuariais, relacionados a assistência médica e benefícios previdenciários, também impactaram o PL.

Ainda, nos anos de 2022 e 2023 conforme autorização em Assembleia Geral Ordinária, foi constituída uma reserva estatutária de contribuição para projetos de interesse social com a finalidade de custear aquisição de materiais com o subsequente e imediato fornecimento ao Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR operado no Estado. A riqueza gerada aos acionistas mediante lucro em todos os exercícios, também é refletida na distribuição de dividendos e JCP de, em média, 24,6% ao ano.

Em todos os anos analisados, a CEGÁS, via reservas de lucros, obteve aumento de capital de, em média, R\$12 milhões por ano. Esses valores, aprovados em Assembleia Geral Ordinária, foram oriundos da Reserva de Incentivos Fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referentes a reinvestimento e/ou ao lucro da exploração.

As demais mutações no PL no período foram ocasionadas por distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio e o lucro nos exercícios. Assim, é visto um aumento na riqueza gerada aos acionistas. A companhia, dentre as empresas analisadas, apresentou a maior constituição de dividendos e JCP, com *dividend yield* médio de 76,3% ao ano.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa trata do conjunto de práticas, normas e processos que regulam a maneira como as empresas são gerenciadas e controladas. Ela estabelece as diretrizes de atuação da organização para garantir uma conduta transparente, ética e responsável. Um dos principais compromissos da governança corporativa é contemplar as demandas de todas as partes interessadas, esse grupo inclui acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, comunidade e governo.

Também é importante destacar que a boa governança se desenvolve sob certos princípios, os quais contribuem para melhorar a confiança entre os agentes, tanto internamente quanto no ambiente externo às empresas, sendo estes:

- **Transparência:** consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse, e não apenas aquelas impostas por disposições legais (como leis, normas técnicas, portarias e regulamentos).
- **Equidade:** caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todas as partes interessadas, considerando seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.
- **Prestação de Contas:** determina que os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e no momento em que forem demandados, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.
- **Responsabilidade Corporativa:** diz respeito ao zelo que os agentes devem ter pela viabilidade econômico-financeira das empresas. Isso inclui a busca por reduzir as ameaças aos negócios e operações, e por estimular e aproveitar as oportunidades, levando-se em consideração os diferentes horizontes temporais (curto, médio e longo prazos) e os diversos tipos de capitais - como, entre outros, o financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental e reputacional.

Portanto, em resumo, tem-se que a governança corporativa reúne regras, baseadas em princípios, desenvolvidas pelas organizações privadas, para que os objetivos das empresas sejam realizados de maneira ótima e, ainda, para limitar e impor controles extras aos executivos, responsáveis pela direção dessas companhias.

5.1 A ATUAÇÃO DA SECRETARIA DO TESOIRO ESTADUAL

O tesouro estadual é o órgão da Secretaria da Fazenda responsável por garantir que os recursos arrecadados serão distribuídos conforme o orçamento aprovado pela Assembleia Legislativa.

O resultado do Tesouro do Estado do Ceará aborda o desempenho das contas públicas do Estado, com ênfase no Resultado Primário, Receitas e Despesas, Resultado Previdenciário do Regime Próprio dos Servidores do Estado, Dívida Pública Estadual, Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

5.2 ASSESSORAMENTO DO ESTADO NAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará – CEARAPAR é uma empresa estatal vinculada à Secretaria da Fazenda – SEFAZ/Ce, com sede e foro na cidade de Fortaleza e prazo de duração indeterminado. Autorizada pela Lei Estadual nº 16.698, de 14 de dezembro de 2018, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 34.238 de 15 de setembro de 2021.

De acordo com a Lei nº 16.698/2018, a CEARAPAR tem como objeto social gerir ativos componentes de seu patrimônio ou do patrimônio do Estado do Ceará e suas entidades e empresas vinculadas, no intuito de promover a geração, otimização e melhor retorno possível, respeitando os riscos e o perfil do Estado pela aplicação e gestão eficiente desses ativos, bem como auxiliar e colaborar nas políticas de desenvolvimento econômico do Estado e auxiliar o Tesouro Estadual na administração da dívida pública.

Para a consecução do seu objeto social, compete à CEARAPAR as seguintes atividades:

- I - Firmar parcerias para a realização por órgãos e entidades da Administração direta e indireta de investimentos prioritários no Estado do Ceará, suportados técnico e financeiramente pela gestão da CEARAPAR, quando necessário e autorizado pelo órgão ou entidade responsável pelo Investimento;
- II - Emitir e distribuir, pública ou privadamente, quaisquer títulos ou valores mobiliários, observadas as normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- III - Contrair empréstimos e financiamentos no mercado nacional e internacional, com aprovação do seu ente controlador;
- IV - Adquirir, alienar e dar em garantia ativos mobiliários e imobiliários próprios ou cedidos, na forma art. 3º desta Lei, bem como créditos, títulos e valores mobiliários definidos na Lei Federal no 6.385, de 7 de dezembro de 1976;
- V - Prestar apoio técnico ao Estado do Ceará, incluídas suas entidades e empresas, na elaboração de estudos e projetos de parcerias de investimentos com o setor privado;
- VI - Ter participação societária em empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado.

5.3 RELATÓRIOS DE AUDITORIA INDEPENDENTES

Quanto à forma, esta análise verificou quais estatais do Ceará estavam com os relatórios de auditoria independente em conformidade com o modelo estabelecido pela norma NBC-T-II, resultando no quadro 5.

Quadro 5 - Chek list de conformidade dos relatórios de auditoria independente das estatais com a norma NBC-T-II, de 2019 a 2023.

COMPONENTE DO MODELO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
EMPRESA ESTATAL										
ADECE										
CEARAPAR*										
CEASA										
CEGÁS										
CAGECE										
CIPP										
COGERH										
EMATERCE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ETICE										
METROFOR										
ZPE										

*CERAPAR só possui relatórios de auditoria de 2021 a 2023.

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios de auditoria independente das estatais.

O quadro relaciona o relatório anual de cada estatal com cada um dos itens listados no modelo fundamental do parecer de auditores independentes, que são:

Parecer dos Auditores Independentes (MODELO FUNDAMENTAL)

- 1 - Destinatário;
- 2 - Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa ABC, levantados em 31 de dezembro de 19XI e de 19Xo, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis;
- 3 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de

controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto;

- 4 - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa ABC em 31 de dezembro de 19Xi e de 19Xo, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade;
- 5 - Local e data;
- 6 - Assinatura;
- 7 - Nome do auditor-responsável técnico;
- 8 - Contador Nº de registro no CRC;
- 9 - Nome da empresa de auditoria, e;
- 10 - Nº de registro cadastral no CRC

As células marcadas em cinza apontam que oito empresas estão em conformidade com o modelo de parecer estabelecido pela norma, para todos os cinco anos analisados.

Há de se destacar a CEASA, que não publica no Diário Oficial do Estado o relatório de auditoria, apenas o parecer do conselho fiscal, portanto, não foi possível verificar se seus relatórios de auditoria independente estão em conformidade com o modelo fundamental estabelecido pela norma. Essa informação pode ser verificada no quadro pela ausência de preenchimento cinza nas células correspondentes a estatal mencionada.

A EMATERCE não possui relatório de auditoria independente, conforme informado pela própria estatal. Essa informação pode ser verificada no quadro pelo tracejado nas células correspondentes à estatal.

Vale também destacar que a CAGECE, apesar de estar com seus relatórios de auditoria independente em conformidade com o modelo fundamental estabelecido

pela norma, não publicou o relatório referente ao exercício de 2020 em seu relatório de administração anual.

Por fim, a CEARAPAR que, por se tratar de empresa jovem, cujo decreto de criação data do ano de 2021, apresenta relatórios de auditoria independente apenas para os últimos três anos da série estudada, porém, todos os relatórios de auditoria independente apresentados estão em conformidade com o modelo fundamental estabelecido pela norma.

5.4 ACOMPANHAMENTO DOS PERFIS DE CARGOS ESTATUTÁRIOS

O objetivo desta subseção é apresentar os perfis dos cargos estatutários de forma que seja permitido alguma compreensão comparativa entre as estatais analisadas. Porém, algumas reflexões sobre as limitações dessa comparação devem ser feitas.

Inicialmente, como visto, as datas relativas às remunerações não são iguais entre as empresas, pois não necessariamente as estatais disponibilizam os dados considerando as mesmas competências. Em virtude da ausência de informações completas por parte das empresas para algumas destas, os indicadores relativos à remuneração, estrutura e escolaridade já podem ser completamente conhecidos, o que não ocorre para outras companhias.

De qualquer forma, com a apresentação conjunta de alguns indicadores que compõem o perfil dos órgãos estatutários se espera, além de possibilitar uma análise comparativa mais robusta, incentivar uma maior transparência e atenção à divulgação dos dados correspondentes pelas empresas, o que é reconhecidamente uma boa prática em termos de governança. Assim, os dados estão mostrados na Tabela 4.

Tabela 4 - Indicadores sobre cargos nos órgãos estatutários por empresas estatais cearenses.

ESTATAL	COMPETÊNCIA	ESTRUTURA DOS ORGÃOS ESTATUTÁRIOS		
		QT. PREVISTOS	QT. OCUPADOS	QT. VAGOS
ADECE	nov/23	22	22	0
CAGECE	out/23	22	22	0
CEARAPAR	jan/24	13 a 17	15	0
CEASA	-	16	21	-5
CEGÁS	dez/23	13	13	0
CIPP	jul/23	19 a 25	17	0
COGERH	jan/24	14	13	1
EMATERCE	dez/23	15	19	-4
ETICE	dez/23	17	16	0
METROFOR	dez/23	14 a 22	21	0
ZPE	nov/23	13 a 19	11	3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

Observa-se a menor estrutura na ZPE, com 11 (onze) cargos ocupados, enquanto as maiores estão na ADECE e na CAGECE, cada uma com 22 (vinte e dois) cargos.

Do ponto de vista das remunerações, a CAGECE também aparece como maior destaque, enquanto os menores proventos por cargo pertencem à ETICE.

Tabela 5 - Indicadores sobre remuneração nos órgãos estatutários por empresas estatais cearenses.

ESTATAL	COMPETÊNCIA	REMUNERAÇÃO MÉDIA (R\$)
ADECE	nov/23	R\$ 8.336,21
CAGECE	out/23	R\$ 18.016,16
CEARAPAR	jan/24	R\$ 5.898,08
CEASA	-	R\$ 6.056,97
CEGÁS	dez/23	R\$ 7.836,55
CIPP	jul/23	R\$ 73.817,67
COGERH	jan/24	R\$ 9.137,78
EMATERCE	dez/23	R\$ 8.590,08
ETICE	dez/23	R\$ 5.570,48
METROFOR	dez/23	R\$ 7.993,69
ZPE	nov/23	R\$ 6.449,11

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

Em relação à escolaridade, destacam-se positivamente CAGECE, CEARAPAR e ETICE, nesta ordem. A EMATERCE, como comentado anteriormente, ainda possui um número significativo de titular de cargos estatutários com apenas o Ensino Médio.

Tabela 6 - Indicadores sobre escolaridade nos órgãos estatutários por empresas estatais cearenses.

ESTATAL	COMPETÊNCIA	ESCOLARIDADE	
		% NÍVEL SUPERIOR	% PÓS GRADUADOS
ADECE	nov/23	-	-
CAGECE	out/23	100	90,48
CEARAPAR	jan/24	100	60
CEASA	-	-	-
CEGÁS	dez/23	-	-
CIPP	jul/23	-	-
COGERH	jan/24	-	-
EMATERCE	dez/23	47,37	5,26
ETICE	dez/23	100	50
METROFOR	dez/23	-	-
ZPE	nov/23	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

Em relação ao tipo de vínculo é predominantemente, nos cargos em comissão e empregos públicos nas estatais cearenses, o CLT. Isso se deve ao fato de existirem determinações legais quanto ao tema.

Os celetistas representam 93% dos 1.572 colaboradores conjuntos das empresas CEARAPAR, CEGÁS, CIPP, EMATERCE, ETICE, METROFOR e ZPE. Observou-se apenas uma ocorrência para RPA, de um Gerente Regional da EMATERCE, enquanto o tipo ‘Outros’ teve 110 (cento e dez) citações, todas no METROFOR, em vínculos como “Temporário, conforme disposto na Lei Federal no. 6019/7415” e “Servidor Público Não Efetivo”, nas declarações da própria empresa.

Para se ter uma ideia do dimensionamento dos cargos, na Tabela 7 há o número de diferentes cargos em cada uma das estatais, considerando, claro, apenas os cargos em comissão e os empregos públicos. Observa-se que CEGÁS e METROFOR possuem os maiores quantitativos, ou seja, apresentam a maior diversificação de cargos. Em termos da CAGECE, foram disponibilizadas apenas as funções, sendo observadas 132 (cento e trinta e duas) diferentes.

Tabela 7 - Estrutura de cargos em comissão e empregos públicos.

ESTATAL	QTD. DE DIFERENTES CARGOS
CEARAPAR	9
CEGÁS	55
CIPP	35
EMATERCE	31
ETICE	31
METROFOR	54
ZPE	13
TOTAL	228

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

5.5 ACOMPANHAMENTO DOS PERFIS DE CARGOS EM COMISSÃO E EMPREGOS PÚBLICOS

Esta subseção se ocupa dos perfis dos cargos em comissão e empregos públicos nas estatais cearenses. Para uma melhor compreensão foram recortadas classes sobre as quais cabem algumas observações a serem feitas.

- Atributos Naturais: nessa classe estão os atributos Sexo, Cor/Raça e Idade do colaborador.
- Atributos Remuneratórios: fazem parte dessa classe os atributos correspondentes à Remuneração Base, aos Benefícios e aos rendimentos decorrentes da Remuneração Total.
- Atributos do Vínculo Empregatício: classe composta pelos atributos Nome do Cargo, Tipo do Cargo e Tipo do Vínculo.
- Atributos de Qualificação: esta classe inclui a escolaridade e a área de formação do colaborador.

A apresentação dos resultados é feita, portanto, utilizando-se essas classificações de atributos. Inicia-se com os atributos naturais e, logo depois, os dados relativos à remuneração, aos vínculos empregatícios, à escolaridade e áreas de formação.

5.5.1 ATRIBUTOS NATURAIS

Esta classe contém os atributos Sexo, Cor/raça e Idade do colaborador. Inicialmente, a Tabela 8 apresenta a distribuição dos colaboradores ocupantes de cargos em comissão ou empregos públicos, classificados por sexo.

Tabela 8 - Número de colaboradores, cargos em comissão e empregos públicos por sexo nas estatais de participação majoritária do Estado do Ceará.

ESTATAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	% HOMENS	% MULHERES
CAGECE	767	473	1.240	62	38
EMATERCE	555	203	758	73	27
ETICE	100	71	171	58	42
METROFOR	381	55	436	87	13
CEASA	87	49	136	64	36
CIPP	60	31	91	66	34
COGERH	63	28	91	69	31
ADECE	22	22	44	50	50
CEARAPAR	47	13	60	78	22
CEGÁS	6	4	10	60	40
ZPE	11	4	15	73	27
TOTAL	2.099	953	3.052	69	31

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

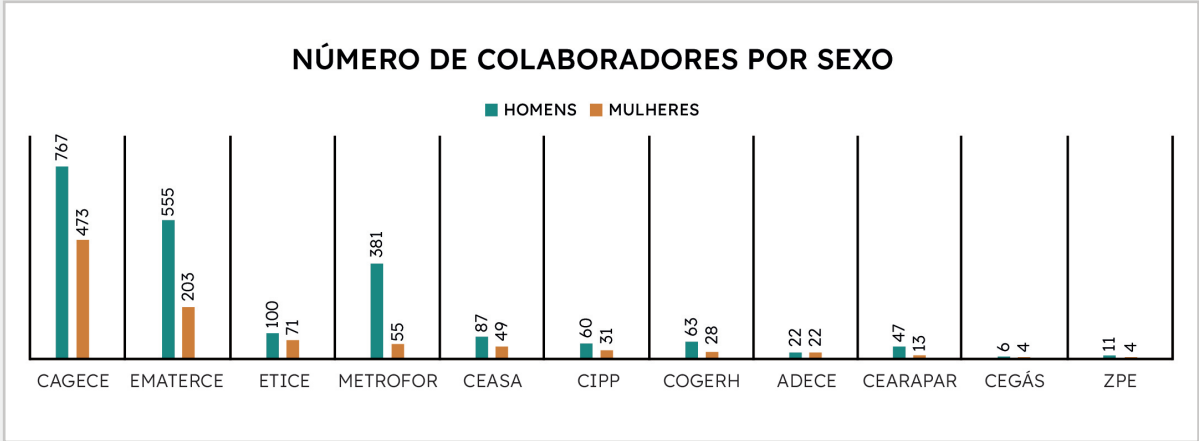
Nota-se que o percentual de mulheres é inferior ao de homens na maioria das estatais analisadas, com exceção da ADECE. As maiores disparidades proporcionais foram observadas na CEASA, EMATERCE, METROFOR e na ZPE, enquanto as distribuições mais equilibradas estão na ADECE, CEARAPAR e ETICE.

A COGERH não disponibilizou dados referentes a sexo. Isto posto, para identificar o sexo dos colaboradores, foram realizados ajustes manuais para determinar o

sexo masculino ou feminino de acordo a terminação do nome em “o” ou “a”, bem como associações de acordo com o senso comum.

O gráfico 5 apresenta o ranking de empresas parametrizado pela quantidade de mulheres e, em formato comparativo a quantidade de homens e mulheres na mesma empresa.

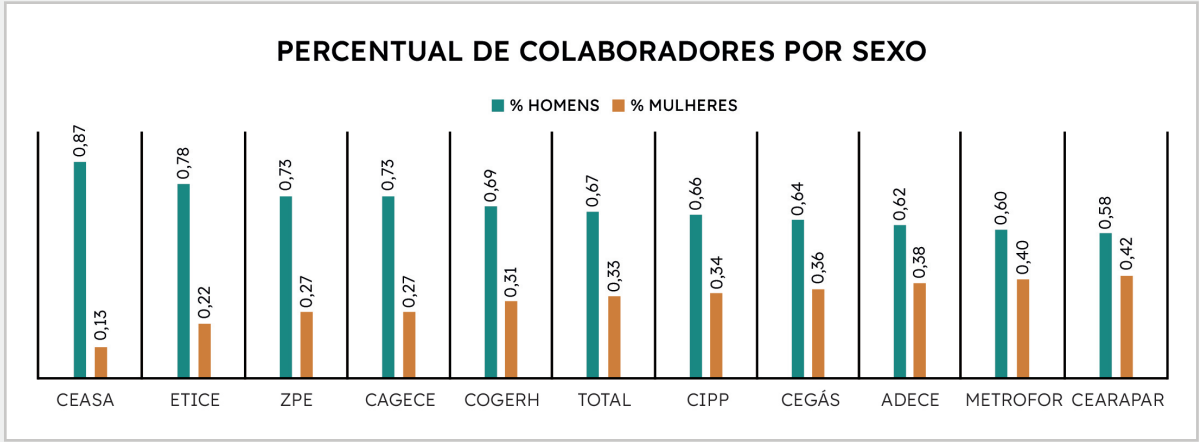
Gráfico 12 - Número de colaboradores, cargos em comissão e empregos públicos por sexo nas estatais de participação majoritária do Estado do Ceará.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

A CAGECE se destaca no ranking como a estatal que mais possui mulheres em seu quadro de colaboradores, porém, quanto da comparação entre quantidade de homens e mulheres na mesma empresa a ADECE é quem se destaca.

Gráfico 13 - Percentual de colaboradores, cargos em comissão e empregos públicos por sexo nas estatais de participação majoritária do Estado do Ceará.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

De modo geral, a presença de homens nas empresas estatais cujo Governo do Ceará é acionista majoritário é três vezes maior que a quantidade de mulheres, correspondendo a 75% do total de colaboradores, como segue na tabela 9.

Tabela 9 - Número de colaboradores por tipos de cargos e sexo.

TIPOS DE CARGO	% E		TOTAL	% HOMENS	% MULHERES
	HOMENS	MULHERES			
CARGOS EM COMISSÃO	113	69	182	62	38
EMPREGOS PÚBLICOS	1.063	327	1.390	76	24
TOTAL	1.176	396	1.572	75	25

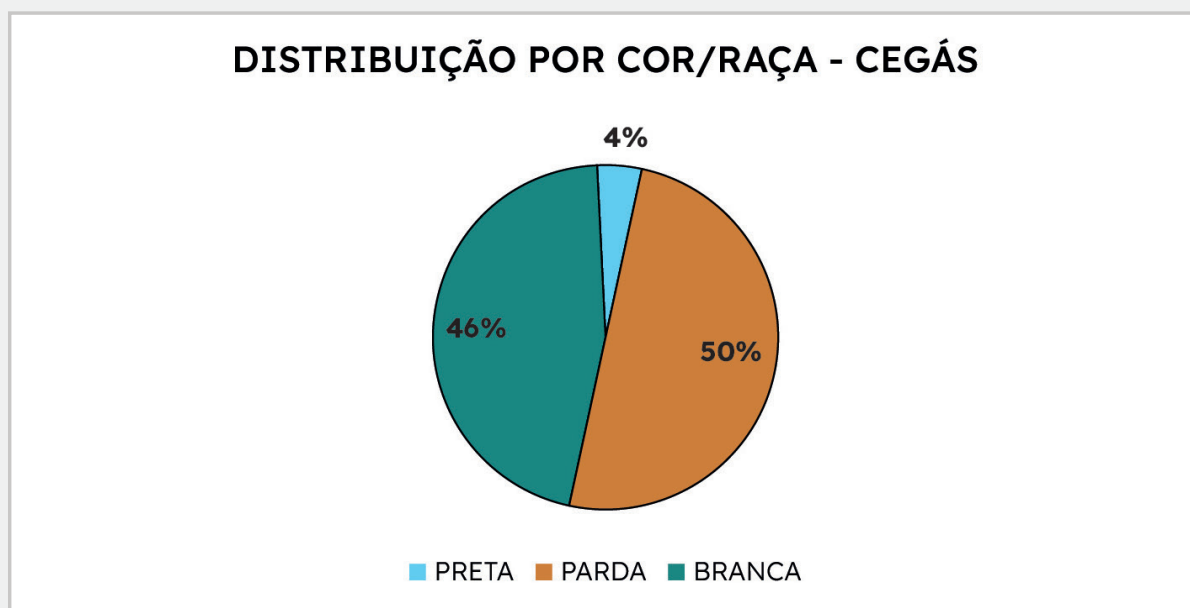
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

O percentual da distribuição dos colaboradores por tipo de cargo e sexo apresenta um percentual de mulheres maior entre os cargos em comissão, mas, mesmo assim, é significativa a diferença em relação ao de homens. É possível notar, ainda, número de colaboradores muito díspares em termos de cargos em comissão (182) e empregos públicos (1.390), explicado, em grande parte, pelo maior número de funcionários da empresa pública EMATERCE (758), como verifica-se na tabela 8.

Na sequência, tem-se a distribuição por Cor/ / Raça, considerando apenas os cargos em comissão e empregos públicos nas estatais cearenses. Para tabulação dos dados nessas variáveis, é necessário que as empresas realizem um processo de autodeclaração junto aos seus funcionários. Dos dados tratados neste boletim, apenas CEGÁS e METROFOR enviaram as informações correspondentes. Os dados dessas empresas estão mostrados, respectivamente, nos Gráficos 13 e 14.

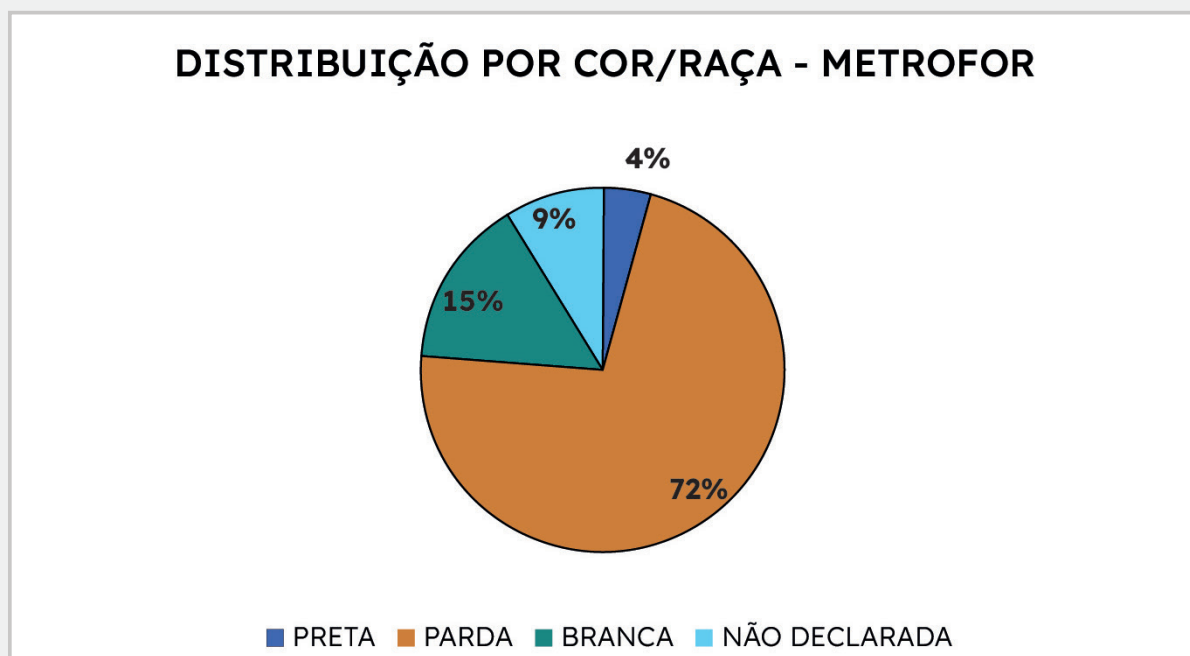
Em ambos os casos, nota-se uma predominância de pessoas da cor parda, mas com percentuais bem distintos sendo 50% na CEGÁS e 72% no METROFOR. As pessoas autodeclaradas pretas são minoria em ambas as estatais, representando apenas 4% do total de colaboradores.

Gráfico 14 - Distribuição por cor / raça, cargos em comissão e empregos públicos, CEGÁS.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

Gráfico 15 - Distribuição por cor / raça, cargos em comissão e empregos públicos, METROFOR.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

A partir do atributo data de nascimento tem-se algumas medidas estatísticas relacionadas às idades dos colaboradores, ocupantes de cargos em comissão e empregos públicos. Os resultados podem ser vistos na Tabela 10, na qual as colunas se referem, respectivamente, ao valor mínimo da idade, ao 1º quartil (que separa os 25% menores valores da variável), a idade mediana (valor que indica que 50% dos dados coletados são menores), o valor médio (soma das idades dividida pelo número de pessoas), o 3º quartil (separa os 25% valores maiores) e a idade máxima.

Tabela 10 - Medidas estatísticas sobre a idade dos colaboradores, cargos em comissão e empregos públicos.

ESTATAL	IDADE MÍNIMA	1º QUARTIL	2º QUARTIL (MEDIANA)	IDADE MÉDIA	3º QUARTIL	IDADE MÁXIMA
CEARAPAR	25	34	37,5	40,1	44,8	64
CEGÁS	25	33,5	41	40,9	45	68
CIPP	28	38	43	45,2	50	74
EMATERCE	19	41	66	58,9	72	88
ETICE	37	59	64	63,6	68	79
METROFOR	19	36	53	48,8	60,3	72
ZPE	35	37,5	42	42,1	44	58

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

Assim, nota-se que CEARAPAR e ZPE possuem as menores médias de idade, enquanto EMATERCE e ETICE possuem médias próximas a 60 anos. A média total, isto é, do conjunto das estatais se aproxima da média da EMATERCE por causa do maior quantitativo relativo de colaboradores dessa empresa. Na Tabela 11 tem-se as mesmas medidas estatísticas da Tabela 10 para os tipos de cargos.

Tabela 11 - Medidas estatísticas sobre a idade dos colaboradores por tipos de cargos.

TIPOS DE CARGO	IDADE MÍNIMA	1º QUARTIL	2º QUARTIL (MEDIANA)	IDADE MÉDIA	3º QUARTIL	IDADE MÁXIMA
CARGOS EM COMISSÃO	19	37	44	45,5	54,5	79
EMPREGOS PÚBLICOS	19	40	61	55,7	68,8	88

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

5.5.2 ATRIBUTOS REMUNERATÓRIOS

Nesta classe a abordagem inclui a estrutura remuneratória das estatais cearenses cujo estado é acionista majoritário, composta dos atributos chamados de Remuneração Base e de Benefícios, equivalente, por sua vez, à diferença entre remuneração total e remuneração base, além dos rendimentos decorrentes da Participação nos Lucros e Resultados.

Há um interesse especial na estrutura remuneratória por causa de, principalmente, estarem relacionados ao desempenho dos trabalhadores e aos incentivos que as organizações oferecem. Foram utilizadas as mesmas medidas estatísticas das tabelas da classe de atributos naturais.

Em termos dos resultados, seguem alguns exemplos de como esses dados podem ser interpretados. Utilizando-se o 3º quartil, tem-se que 25% dos colaboradores da CA-GECE possuem remuneração base acima de R\$ 9.446,83, vide tabela 12.

Tabela 12 - Medidas estatísticas sobre a remuneração base, cargos em comissão e empregos públicos *

ESTATAL	REM. BASE MÍNIMA	1º QUARTIL	2º QUARTIL (MEDIANA)	REM. BASE MÉDIA	3º QUARTIL	REM. BASE MÁXIMA
CAGECE	R\$ -	R\$426,40	R\$6.097,37	R\$6.532,45	R\$9.446,83	R\$33.331,22
CEARAPAR	R\$7.451,54	R\$8.382,98	R\$8.382,98	R\$10.059,58	R\$12.574,48	R\$13.971,64
CEGÁS	R\$5.011,14	R\$5.869,24	R\$8.692,53	R\$9.489,97	R\$11.751,69	R\$18.706,04
CIPP	R\$6.358,78	R\$10.339,31	R\$15.326,17	R\$16.995,90	R\$20.548,34	R\$45.819,51
EMATERCE	R\$ -	R\$2.255,79	R\$3.499,49	R\$5.385,11	R\$5.700,33	R\$34.808,40
ETICE	R\$495,19	R\$1.917,48	R\$4.724,90	R\$5.308,32	R\$8.468,74	R\$12.673,56
METROFOR	R\$ -	R\$1.618,71	R\$3.513,77	R\$4.492,15	R\$6.211,52	R\$25.824,65
ZPE	R\$9.453,64	R\$9.453,64	R\$11.817,06	R\$10.714,13	R\$11.817,06	R\$11.817,06

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas. * para os dados da CAGECE, não é possível garantir que todos se referem somente aos cargos em comissão e empregos públicos.

É possível afirmar que a média de benefícios é muito maior na CIPP e, principalmente, na CAGECE e, ainda, que a menor remuneração total é observada na ETICE.

5.5.3 ATRIBUTOS DE QUALIFICAÇÃO

Esta classe possui os atributos de escolaridade e a área de formação do colaborador. Na Tabela 13 tem-se a distribuição da escolaridade das pessoas que estão em cargos em comissão ou possuem empregos públicos nas estatais cearenses. Observa-se, por exemplo, a pouca disponibilização dessa variável pela CEGÁS.

Esta é uma variável relevante de observação pois o nível de escolaridade é um dos fatores que, normalmente, influenciam no nível de salário médio dos indivíduos, além de refletirem a especialização do trabalho e, consequentemente, ganhos de produtividade.

Desconsiderando-se os dados da CEGÁS, tem-se o METROFOR com a menor taxa de conclusão do Ensino Médio, de graduados e de pós-graduados. Por sua vez, a CEARAPAR possui o maior percentual de pós-graduados, enquanto CIPP e ETICE foram as únicas a apresentarem doutores entre os cargos em comissão e empregos públicos.

Tabela 13 - Escolaridade dos ocupantes de cargos em comissão e empregos públicos.

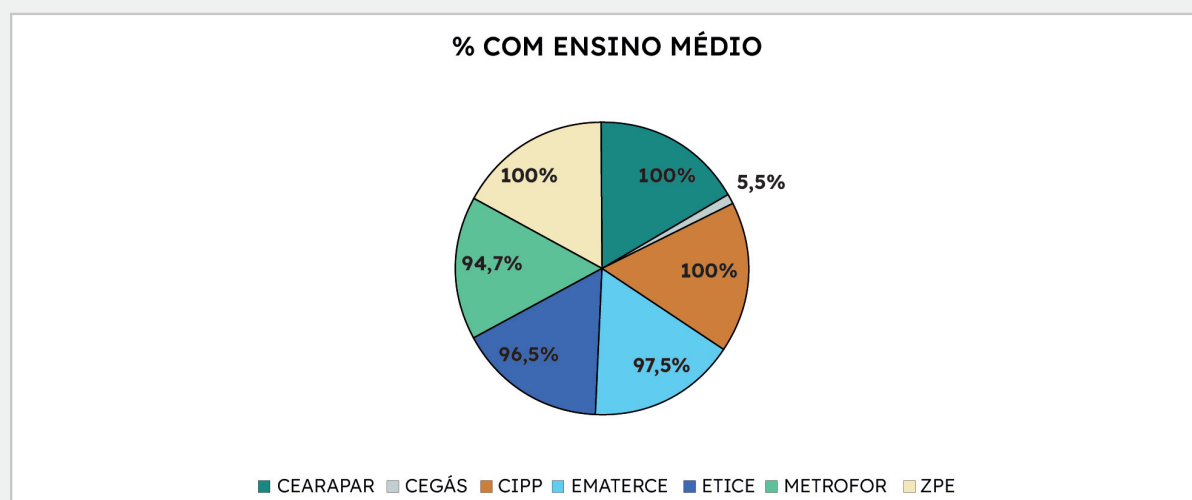
ESCOLARIDADE	CEARAPAR	CEGÁS	CIPP	EMATERCE	ETICE	METROFOR	ZPE	TOTAL
NÃO INFORMADOS		86				3		89
ENSINO FUNDAMENTAL				19	6	20		45
ENSINO MÉDIO			6	115	44	323		488
ENSINO MÉDIO TÉCNICO			1	327				328
GRADUAÇÃO	2		28	297	59	83	6	475
ESPECIALIZAÇÃO	4		32		46	4	9	95
MESTRADO	4	5	21		15	3		48
DOCTORADO			3		1			4
TOTAL	10	91	91	758	171	436	15	1.572

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

Recortando por nível educacional é possível perceber, para todas as empresas analisadas, que a categoria de corte Ensino Médio Completo ultrapassa o limite inferior de 90%. Isso pode ser explicado pelo fato de o Ceará possuir a melhor educação básica do país, refletindo diretamente no nível de escolaridade da força de trabalho do estado.

Lembrando que para os dados da CEGÁS não foi possível realizar uma análise completa devido a pouca disponibilidade de dados.

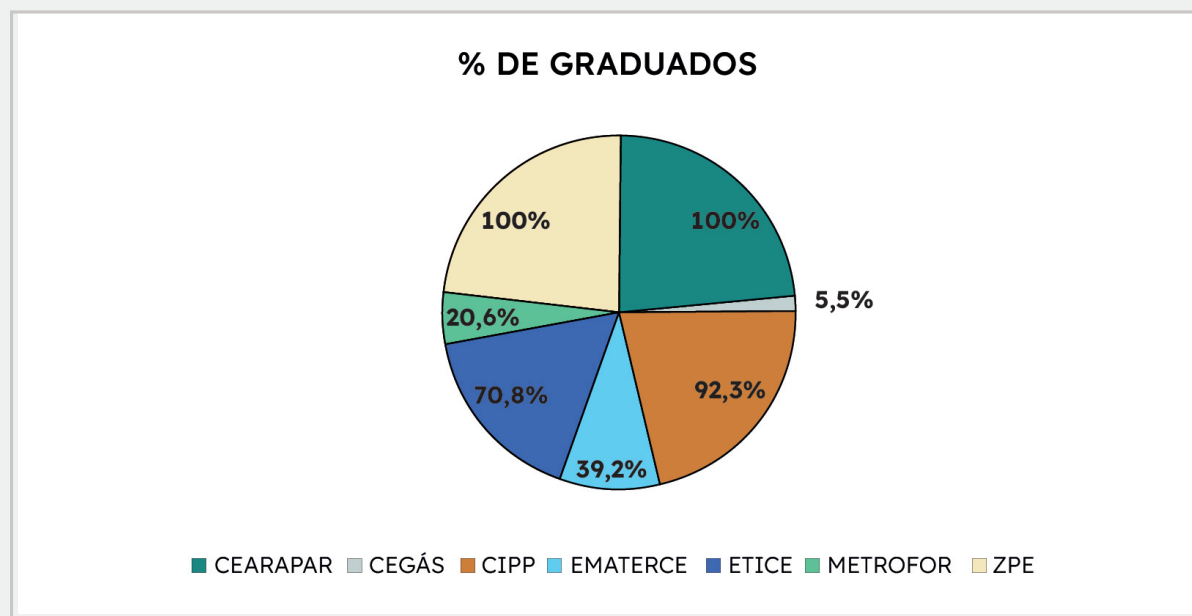
Gráfico 16 - Percentual dos ocupantes em cargos de comissão e empregos públicos com ensino médio.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

O recorte de nível Superior – Graduação apresenta um cenário similar ao Ensino Médio para metade das estatais analisadas neste boletim, sendo elas: CEARAPAR, CIPP e ZPE. Em um limite inferior a 50% estão EMATERCE e METROFOR.

Gráfico 17 - Percentual dos ocupantes em cargos de comissão e empregos públicos com graduação completa.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

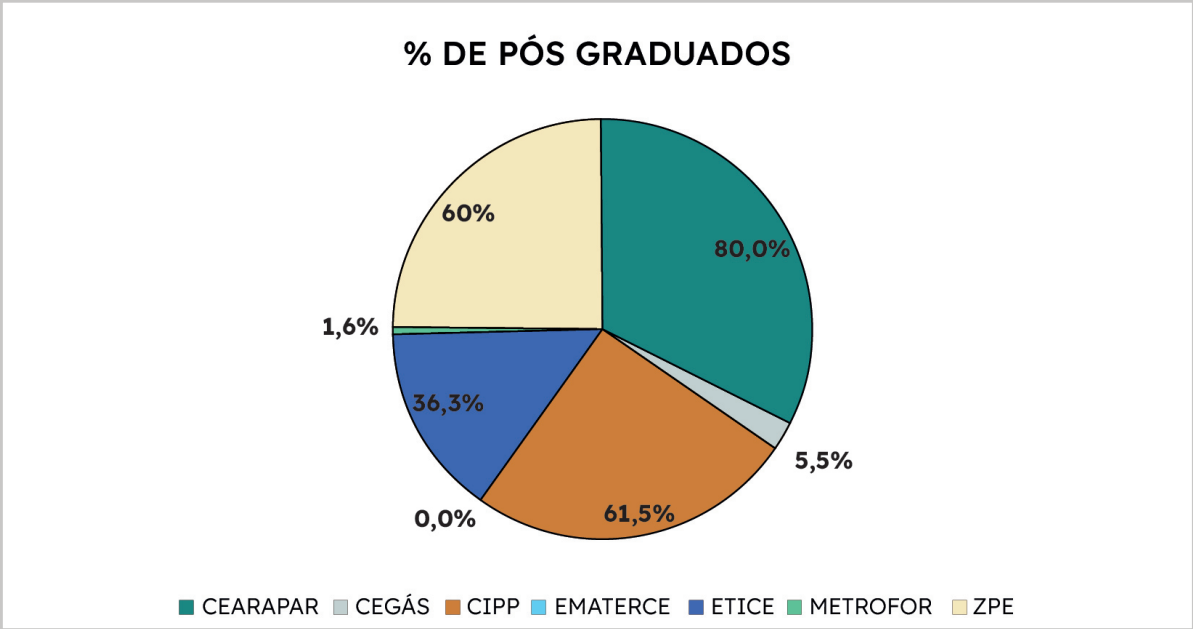
Já para o recorte de nível Superior – Pós-graduação o cenário é bem diferente dos anteriores. Observa-se uma redução acentuada nos percentuais para todas as empresas, sendo o limite superior de 80%, alcançado apenas pela CEARAPAR. Em seguida a ZPE e o CIPP destacam-se com percentual acima de 50% de colaboradores com pós-graduação.

O pior percentual de representatividade do recorte é a EMATERCE, que não possui nenhum pós-graduado em seu quadro de colaboradores. Isso pode ser explicado pelo fato de a estatal apresentar nas estatísticas de idade dos colaboradores a maior idade máxima (88 anos) e a menor idade mínima (19 anos).

Considerando que a oferta mais ampla de cursos de pós-graduação no estado remete aos últimos 30 anos, é compreensível que os colaboradores com idades mais avançadas não tenham tido acesso a cursos de pós graduação no estado durante seu período

de formação profissional, enquanto que os mais jovens ainda não tiveram tempo hábil para ingressar e concluir os mencionados cursos.

Gráfico 18 - Percentual dos ocupantes em cargos de comissão e empregos públicos com pós-graduação.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelas empresas.

6. RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS

6.1 RELAÇÃO DAS ESTATAIS COM OS SETORES

A presença do Estado na economia é uma das características do desenvolvimento do capitalismo nas nações desde a revolução industrial até hoje, especialmente em setores que são considerados estratégicos. Seja pelo pioneirismo do setor que, por diversas vezes apresenta riscos altos para o investidor privado, desestimulando a iniciativa, ou seja pela essencialidade do bem ou serviço à população, não é incomum a atuação de empresas de propriedade do Estado.

Como mencionado na subseção 3.2. deste boletim, as onze empresas estatais, nas quais o estado do Ceará possui participação majoritária, foram seccionadas em seis setores, definidos com base no sistema de Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), e setorizadas em conformidade com sua atividade principal, descrita na carta de serviços da própria empresa, e algumas foram agrupadas dentro destes setores de acordo com a correlação entre suas atividades, pelo nível de Grupo do CNAE, totalizando o6 (seis) setores.

Segundo a Agência de Promoção de Exportação e Investimentos (ApexBrasil), transporte, logística, geração de energia, saneamento e habitação são questões chave para o desenvolvimento do Brasil, bem como excelentes oportunidades de negócios.

Como depreende do quadro abaixo, o Ceará atua estrategicamente em o4 (quatro) destes setores.

Quadro 6 - Empresas estatais com participação majoritária no Governo do Estado do Ceará – 2024.

Empresas Estatais com participação majoritária do Governo do Estado do Ceará - 2024					
Tecnologia	Energia	Saneamento & Recursos Hídricos	Gestão de Ativos & Desenvolvimento Econômico	Transporte & Logística	Agricultura & Abastecimento Alimentar
					

Fonte: Elaboração própria.

O plano de neoindustrialização do Ministério da Economia do Governo Federal (MDIC) consta de 06 (seis) eixos principais: cadeias agroindustriais sustentáveis e segurança alimentar; complexo industrial de saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis; transformação digital; descarbonização e transição energética; e e; defesa nacional. Também há alinhamento dos principais setores de atuação estatal do Ceará com os setores estratégicos do plano de neoindustrialização.

É importante destacar que a ZPE não consta no quadro 06 em virtude de ser subsidiária do CIPP, portanto, subentende-se que ela está alocada no setor de transporte e logística.

6.2 RELAÇÃO DAS ESTATAIS COM A CESTA DE INDICADORES

Foram selecionados para este boletim alguns indicadores sociais, econômicos e ambientais relacionados a cada setor e que possam imprimir uma noção do impacto que as estatais, onde o Estado do Ceará possui participação majoritária, têm no bem-estar da população cearense e no desenvolvimento econômico sustentável da economia do estado.

Nesta subseção a análise é apresentada pelo corte setorial estabelecido na subseção 6.1. deste boletim.

6.2.1 TECNOLOGIA

Este corte é composto por apenas uma empresa, a ETICE, que é a responsável, dentre muitas atividades, pela implantação do cinturão digital do estado. Segundo informação da empresa, o Cinturão Digital do Ceará (CDC), em 2012, deu cobertura de 92% da população urbana do Ceará, com 2.400 km de extensão de fibra ótica e velocidade de até 19 gigabytes e será a maior banda larga pública do País.

A distribuição do acesso se dá através da tecnologia Wimax³, que fornece ligações de até 70 Mbps, em cada município. Em Fortaleza, o Cinturão Digital se integrará com a rede metropolitana Gigafor⁴.

3 O WiMax é uma tecnologia de acesso sem fio (wireless) que oferece acesso a banda larga a grandes distâncias que variam de 6 a 9 km (TELECO 2008).

4 A GigaFOR é um projeto de infraestrutura informática do estado brasileiro do Ceará. Baseado nas Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do uso de fibras ópticas, conecta instituições de pesquisa científica e de educação superior em todo o estado.

Após 10 (dez) anos, em 2023, a estrutura do CDC (compreendendo o “backbone” e suas ramificações), cobre cerca de 5.700km de extensão mais que o dobro quando comparado ao ano de 2012. Segundo a contagem, feita até então, o cinturão já alcança 132 municípios, um número que tinha previsão de aumentar nos meses seguintes, dado o plano de expansão viabilizado pelo Programa Ceará Conectado.

A ETICE também auxilia várias políticas de estado como, por exemplo, as identidades digitais, o serviço de comunicação da Secretaria de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (SSPDS), o contrato de vigilância de motos, as salas Google, dentre outros.

Apesar de serem demandas de outros órgãos, como o caso das identidades digitais da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE), é a ETICE com sua expertise em Tecnologia da Informação, que realiza a escolha do Fornecedor, por meio das chamadas de oportunidade. Atualmente a ETICE atende diretamente a 5 (cinco) contratos:

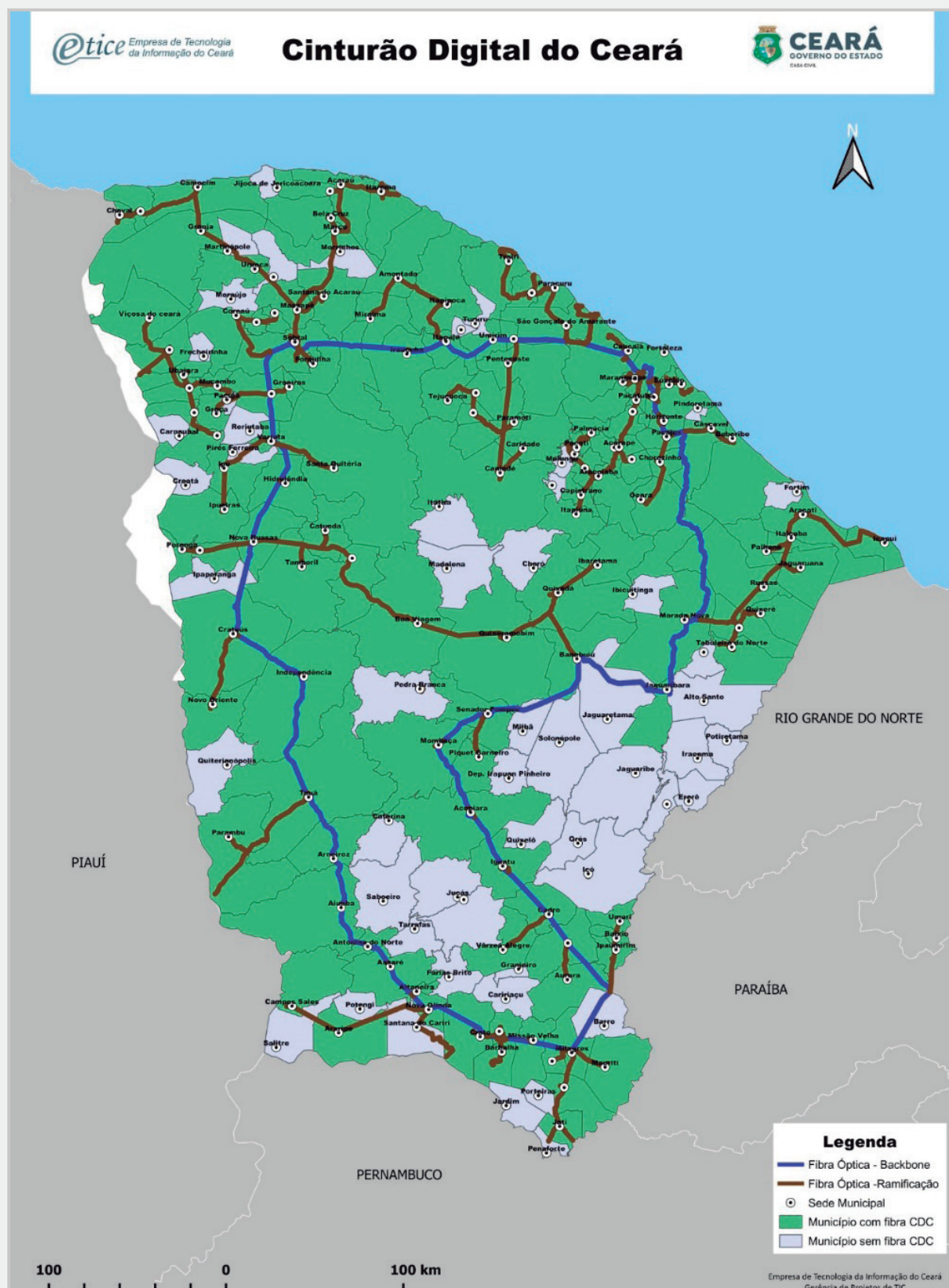
Tabela 14 - Projetos ativos entre a ETICE e outros órgãos do Governo estadual, 2024.

CLIENTE	PROJETO
PEFOCE	RG digital
PCCE	Videomonitoramento dos ambientes públicos
SSPDS	Programa moto segura
	Radio comunicação

Fonte: ETICE.

Os recursos previstos e atualizados em orçamento para a ETICE, de acordo com decretos e a Lei Orçamentária Anual (LOA), somam R\$ 240.906.056, sendo R\$ 55.181.212 relativos aos Recursos Ordinários do Tesouro e R\$ 185.724.843 aos Recursos Diretamente Arrecadados. Deste valor, foram executados 98,34% distribuídos majoritariamente na evolução contínua de suas principais linhas de atuação, as quais destacamos a Manutenção do Cinturão Digital do Ceará (CDC), o Programa Ceará Conectado (Expansão do CDC) e o provimento de Soluções em Nuvem.

Imagem 1 - Mapa do cinturão digital do Ceará, 2024.



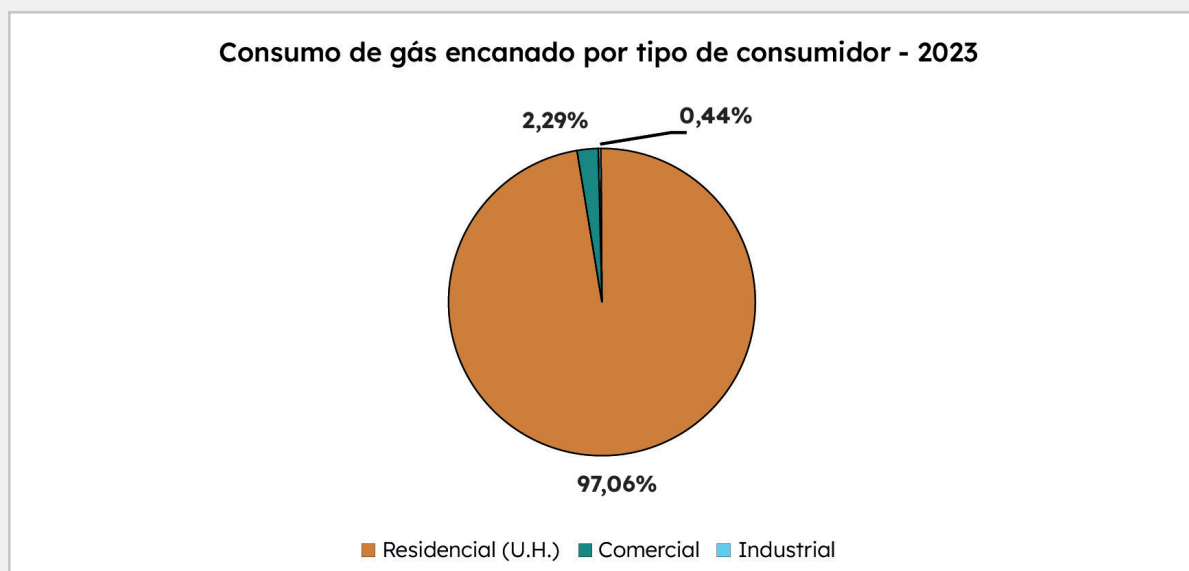
Fonte: ETICE.

6.2.2 ENERGIA

Este recorte também é composto por apenas uma empresa, a CEGÁS. Segundo informação da empresa, nesses trinta anos de existência, a estatal conquistou mais 29 mil usuários e construiu 646,23 Km de rede de gasoduto, compreendidos nos segmentos industrial, comercial, residencial, automotivo, setor público e térmico, além de usuário do sistema de distribuição.

O consumo residencial representa a maior parte do atendimento que a Companhia presta à população cearense, representando hoje mais de 90% dos clientes totais.

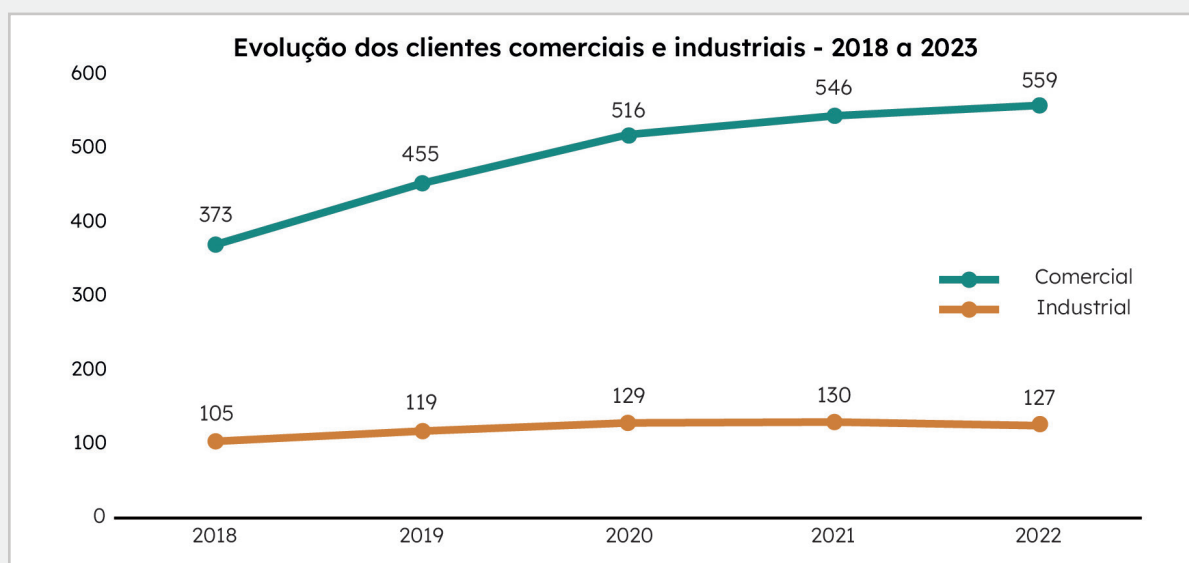
Gráfico 19 - Participação do consumo de gás por tipo de consumidor no Ceará, 2023.



Fonte: CEGÁS.

Ao longo dos últimos anos, em seu projeto de ampliação, a CEGÁS também aumentou o atendimento aos segmentos produtivos, com destaque para comércio e indústria, contribuindo para incrementar a competitividade destes negócios e para o desenvolvimento econômico do estado.

Gráfico 20 - Evolução dos clientes comerciais e industriais no Ceará, de 2018 a 2023, em valores nominais.



Fonte: CEGÁS.

O projeto de ampliação da oferta de gás natural não apenas melhora a qualidade de vida da população cearense e a competitividade dos setores produtivos como também contribui para a redução das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) em comparação a outras fontes combustíveis, atraindo também assim muitos investimentos para o estado, uma vez que o Ceará vem se posicionando ao longo dos últimos anos como protagonista regional no contexto da transição energética.

Com a criação do HUB de Gás Natural será possível fomentar pilares importantes para o desenvolvimento econômico sustentável do estado, gerando empregos, melhorando o bem estar social e ambiental da região, assegurando o suprimento de gás para o Ceará e a segurança energética, atraindo mais investimentos produtivos, fortalecendo o posicionamento estratégico do estado na cadeia de valor nacional, diversificando a matriz energética, promovendo a transição energética justa para fontes mais limpas e seguras e fomentando o intercâmbio tecnológico.

6.2.3 SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

Neste recorte existem duas empresas: a CAGECE, responsável pela oferta dos serviços de saneamento e abastecimento de água, para consumo humano e produtivo, e;

a COGERH, que atua, dentre muitas frentes, na gestão de recurso hídricos do estado, abrangendo desde o monitoramento pluviométrico, até a gestão completa de bacias e reservatórios. Ambas as estatais atuam em setores estratégicos e essenciais.

Segundo dados da CAGECE só em Fortaleza, a cobertura de abastecimento de água chega à 99,31% da população. Já no interior do estado, este índice chega a 97,87%, representando aproximadamente 5,59 milhões de beneficiados com água tratada em suas residências.

O índice de cobertura do sistema de esgotamento sanitário chega a 44,72% em todo o Estado, com mais de 5 mil quilômetros de rede coletora e 2,66 milhões de pessoas atendidas pela rede de esgoto da CAGECE. Somente na Capital, este índice é de 66,50%.

Tabela 15 - Percentual de cobertura na capital e no interior, dos serviços da CAGECE, 2023.

	CAPITAL	INTERIOR
ABASTECIMENTO	99,31%	97,87%
SANEAMENTO	66,50%	-

Fonte: Relatório de administração CAGECE, 2023.

A Companhia ampliará os sistemas de esgotamento sanitário a partir de uma Parceria Público-Privada (PPP), consolidada no leilão em sessão pública em setembro de 2022, na sede da Bolsa de Valores (B3). A empresa arrematante foi a Aegea Saneamento, que pelo valor total de aproximadamente R\$ 19 bilhões, terá a concessão dos serviços de universalização do esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos.

A parceria contempla a ampliação e a implantação de sistemas de esgotamento sanitário, incluindo redes coletoras de esgoto, estações elevatórias, estações de tratamento, linhas de recalque e ligações domiciliares e prediais. Foram licitados dois blocos: o primeiro, abrangendo os municípios pertencentes a Região Metropolitana Fortaleza Sul e Região Metropolitana do Cariri e o segundo, englobando os municípios pertencentes à Região Metropolitana Fortaleza Norte, dos quais consta a capital do Ceará.

Ao todo, serão beneficiados 24 municípios do Estado: Fortaleza, Caucaia, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Trairi, Juazeiro do

Norte, Barbalha, Farias Brito, Missão Velha, Nova Olinda, Santana do Cariri, Pacajus, Pacatuba, Aquiraz, Cascavel, Chorozinho, Eusébio, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú e Maranguape.

De acordo com COGERH o Ceará, ao final de 2022, apresentou 31,4% de capacidade total de reserva. Na mesma época em 2021, encontrava-se em 20,7%, ou seja, quase um terço de água a mais, o que reflete uma evolução, mas ainda apresenta um volume de alerta, considerando os parâmetros de nível de criticidade da referida Companhia (entre 30% e 50%).

Tabela 16 - Oferta hídrica e planejamento da gestão participativa dos recursos hídricos no Ceará, 2022.

OFERTA HÍDRICA PARA MÚLTIPLOS USOS						
INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2018	2019	2020	2021	2022
Barragens com manutenção satisfatória	%	0	0	85	85	83
PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS						
INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2018	2019	2020	2021	2022
Açudes com aplicação do índice de qualidade de água de reservatório (IQAR)	%	0	0	222	24,5	29,7
Índice de fiscalização do uso de recursos hídricos	%	0	0	90	90	100
Participação da sociedade organizada na gestão dos recursos hídricos	%	0	0	60	60	60

Fonte: Relatório de administração COGERH, 2022.

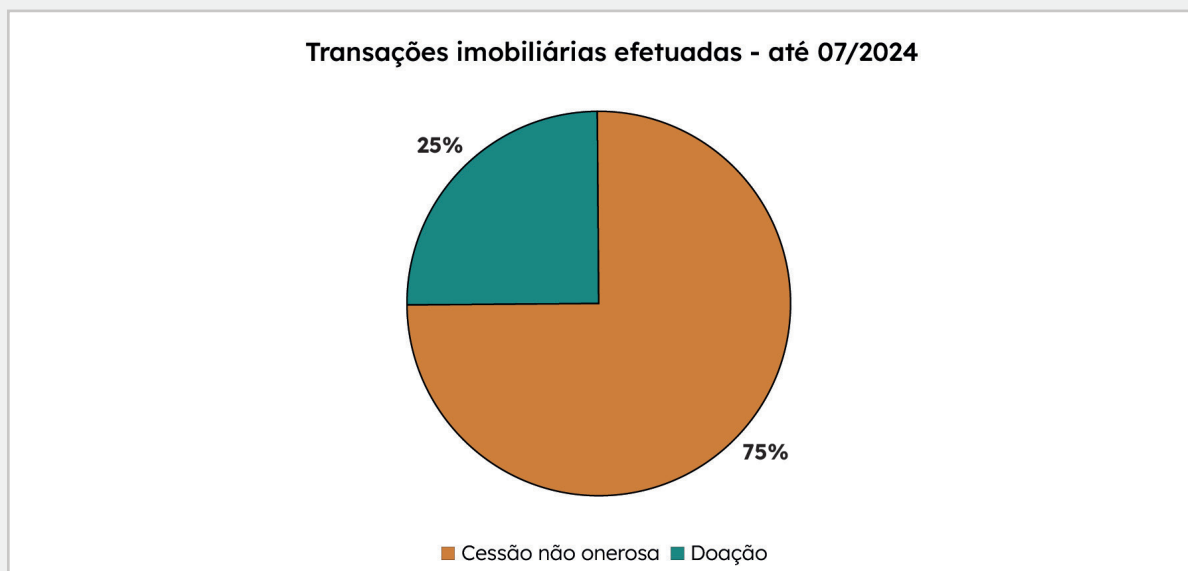
Também são desenvolvidos três projetos de segurança hídrica que envolvem ambas as empresas estatais: Integração do São Francisco, Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o Malha d'água.

6.2.4 GESTÃO DE ATIVOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Existem duas empresas pertencentes a este recorte: a CEARAPAR, que é responsável pela gestão dos ativos do estado e; a ADECE, que dentre todas as frentes em que atua trabalha, ativamente na gestão do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e todas as atividades produtivas ligadas a ele.

A CEARAPAR é uma empresa nova, criada em 2021, o que não lhe conferiu tempo suficiente para desenvolver muitos projetos. Atualmente a principal atividade está relacionada a gestão dos ativos imobiliários do estado, por meio de cessões onerosas, cessões não onerosas e leilões. Como depreende do gráfico abaixo, até julho de 2024 mais de 70% das transações imobiliárias realizadas pela Companhia foram na condição de cessão não onerosa.

Gráfico 21 - Participação das transações imobiliárias efetuadas até julho de 2024, por tipo de transação.



Fonte: CEARAPAR.

Já a ADECE por meio das políticas de incentivo fiscal do FDI tem desenvolvido atividades de fomento à atividade produtiva no estado, gerando emprego e renda e incrementando o bem-estar da população, especialmente no interior.

Atendendo, em média, 50 municípios e mais de 250 empresas todo ano, as atividades desenvolvidas pela empresa estatal tem geraram só em 2022, 120 mil empregos. Um crescimento acumulado de 20% desde o ano de 2019.

Quadro 7 - Resultados produtivos do FDI no Ceará, de 2019 a 2022, em valores nominais.

	2019	2020	2021	2022
Municípios com empresas incenti- vadas	46	48	49	53
Quantidade de empresas	216	253	264	294
Total de empregos diretos	101.200	110.103	114.455	120.786

Fonte: Elaboração: ADECE/GEMOF/Monitoramento.

Segundo dados do Boletim Enfoque Econômico, do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), em 2022 o salário médio das mulheres no estado era R\$ 1.715 enquanto o dos homens era R\$ 2.013. Os empregados das empresas incentivadas pelo FDI receberam, em média, para o mesmo ano salário acima destes, no valor de R\$ 2.017. A geração de emprego e renda é o coração do desenvolvimento econômico, e por meio destes é que se atinge maiores níveis de bem-estar da população.

Quadro 8 - Resultados financeiros do FDI no Ceará, de 2019 a 2022, em reais para valores não deflacionados.

	2019	2020	2021	2022
Salário médio do FDI (R\$1,00)	2.021	2.162	2.134	2.017
Investimento das empresas (R\$ mil)	27.990.295	29.531.811	30.801.253	35.353.782
Faturamento das empresas incentivadas (R\$ mil)	38.835.770	47.183.572	66.540.991	75.504.097
Diferimento ICMS das empre- sas incentivadas (R\$ mil)	1.350.322	1.234.275	2.527.021	3.151.344
ICMS Recolhido pelas empre- sas incentivadas (Cash) (A) (R\$ mil)	574.875	452.626	837.486	835.791
Retorno FDI das empresas in- centivadas após 36 meses (B) (R\$ mil)	116.002	119.048	108.506	110.158
Tarifas (ADECE, FIT, FIEE, CEARÁ CREDI) (C) (R\$ mil)	41.786	38.431	79.948	102.549
Total (A+B+C) (R\$ mil)	732.663	610.105	1.025.940	1.048.498
Aportes dos incentivos fede- rais no Ceará (R\$ mil)	12.298	18.909	41.365	27.335

Fonte: Elaboração: ADECE/GEMOF/Monitoramento.

Os resultados financeiros do quadro 7 também mostram o aumento ao longo do tempo do investimento produtivo das empresas, do faturamento destas, e do retorno das após 36 meses, evidenciando o impacto positivo das atividades que a estatal presta à população.

6.2.5 TRANSPORTE E LOGÍSTICA

Este recorte é representado por duas empresas: o METROFOR, que é a estatal responsável pelo transporte de passageiros sobre trilhos na capital e; o CIPP, complexo portuário e sua subsidiária, a ZPE.

Em busca por soluções de transporte público sustentável o METROFOR está na vanguarda das agendas políticas e das estratégias de investimento socialmente responsáveis e tem desempenhado um papel relevante na promoção de ganhos sociais significativos em sua área de atuação, especialmente quando se considera o fato de a empresa pertencer a um setor que é, hoje, um dos maiores responsáveis por emissões de gases GEE.

Em seus relatórios de sustentabilidade são destacados alguns indicadores de resultado e desempenho:

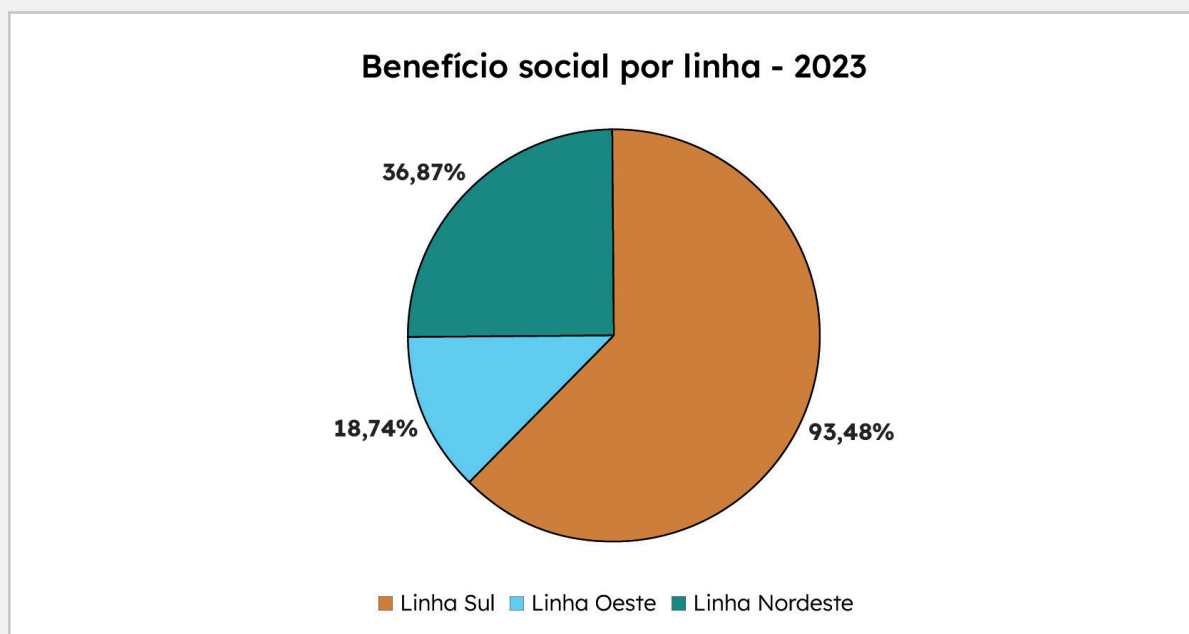
- Redução do Tempo de Viagem: Um retorno de 80 milhões de reais resultou em uma redução significativa no tempo de viagem para os usuários do sistema. Isso não apenas melhora a eficiência do transporte, mas também aumenta a acessibilidade e a mobilidade para comunidades locais, proporcionando mais tempo para atividades produtivas e de lazer.
- Segurança Viária: Estima-se uma redução de 25 milhões de reais em acidentes viários, refletindo o compromisso do METROFOR com a segurança dos passageiros e pedestres. Essa iniciativa não só salva vidas, mas também reduz os custos associados a acidentes, como despesas médicas e perda de produtividade.
- Sustentabilidade Ambiental: O METROFOR obteve um retorno de 11,6 milhões de reais na redução do consumo de combustíveis fósseis, resultando em uma diminuição significativa das emissões de carbono e outros poluentes atmosféricos. Além disso, estima-se um retorno de 1,4 milhões

de reais com a redução de poluentes, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e para a saúde pública.

- **Eficiência Operacional:** Com um retorno de 30,7 milhões de reais na redução dos custos operacionais das frotas de ônibus, automóveis e motos, o METROFOR promove uma utilização mais eficiente dos recursos. Esses ganhos sociais estão alinhados com as metas e compromissos estabelecidos em várias agendas políticas mundiais de sustentabilidade, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima. Ao promover a mobilidade sustentável e segura, o METROFOR está contribuindo ativamente para a construção de comunidades mais resilientes, inclusivas e prósperas.

O gráfico 21, resume as estimativas de ganho ambiental por linha, conforme os fluxos de origem/destino dos passageiros do METROFOR. Ao todo, estima-se um benefício social de 149,09 milhões de reais.

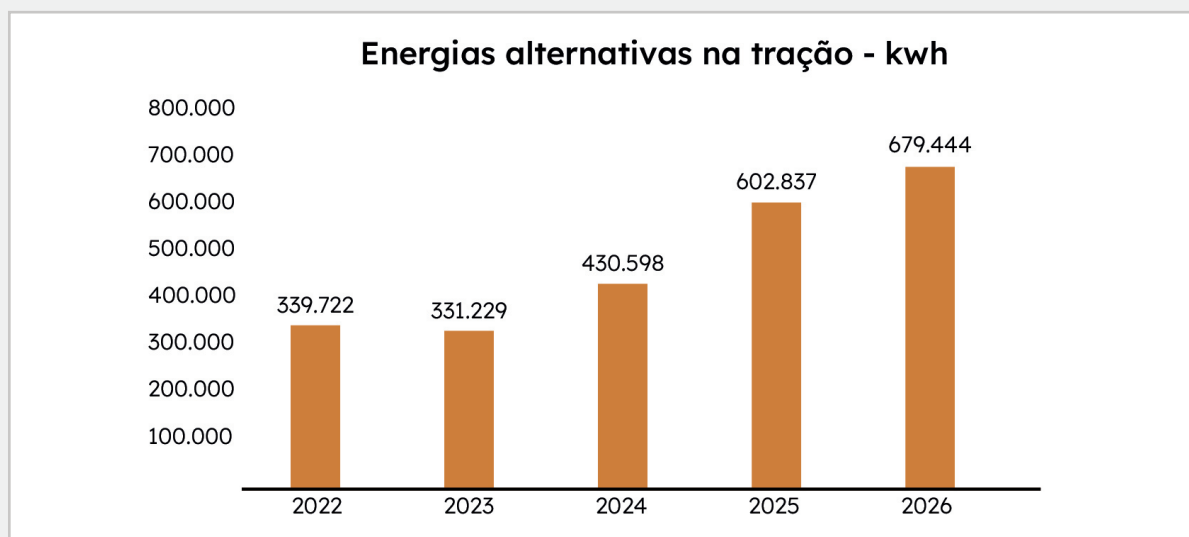
Gráfico 22 - Participação do benefício social estimado por linha no Ceará, 2023.



Fonte: Relatório de sustentabilidade METROFOR, 2023.

O tema sustentabilidade está presente em todas as fases do planejamento estratégico da empresa, entretanto destaque-se a questão energética, com metas até 2026, e a adequação de placas fotovoltaicas nas estações.

Gráfico 23 - Resultado e projeção estimada em kwh da utilização de energias alternativas na tração do transporte sobre trilhos no Ceará, de 2022 a 2026.



Fonte: Relatório de sustentabilidade METROFOR, 2023.

O CIPP foi criado em 2002 e, desde então, vem mudando a direção do desenvolvimento econômico do estado, não apenas escoando a produção mas também atraindo indústrias para a região, estimulando a geração de emprego e renda de forma direta e indireta, não apenas na indústria de transformação mas também no setor de serviços e no segmento do comércio.

Até 2022 o Complexo congregava 30 (trinta) empresas das quais 22 (vinte e duas) já estavam em operação. Por estar situado na região limítrofe entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, o impacto positivo da estatal é robustamente percebido ao observar os dados de vínculos empregatícios das duas cidades.

Tabela 17 - Vínculos empregatícios nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante e variação percentual, entre 2002 e 2023.

MUNICÍPIO	2002	2023	VARIAÇÃO
Caucaia	12.169	41.054	237%
São Gonçalo do Amarante	1.973	13.036	561%

Fonte: RAIS/CAGED.

Ao longo da série temporal de 20 (vinte) anos, a variação do emprego no município de Caucaia foi de 237%, enquanto que em São Gonçalo do Amarante a variação é o dobro, 561%.

6.2.6 AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Duas estatais compõem esse recorte: a EMATERCE, que presta assistência técnica especializada para os produtores rurais e, a CEASA, responsável pelo abastecimento alimentar no estado.

A EMATERCE possuía, até 2021, 23 (vinte e três) projetos de campo, que impactam diretamente a qualidade de vida da população no interior semi árido do estado:

- Projeto São José;
- Hora de Plantar;
- Programa de Irrigação na Agricultura Familiar (PIAF);
- Agente Rural;
- Projeto Dom Helder Câmara;
- Projeto Ater Mais Gestão;
- Projeto de Comercialização (PNAE/PAA);
- Produtos e Mercados Diferenciados da Agricultura Familiar e Orgânicos;
- Práticas Agrícolas de Convivência com o Semi Árido Cearense;

- Atividades não Agrícolas – Turismo e Artesanato;
- Rede de Financiamento e Proteção da Produção;
- Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF);
- Crédito de Instalação em Assentamentos Federais;
- Culturas Oleaginosas;
- Fortalecimento da Agricultura Familiar da Cadeia Produtiva do Caju;
- Fortalecimento da Cultura da Banana;
- Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Mandioca;
- Fortalecimento da Olericultura;
- Projeto Pecuária;
- Programa de Formação, Capacitação e Metodologias Participativas;
- Programa Monitor de Secas;
- Monitoramento da Situação da Safra de Sequeiro (SITPROD);
- Gestão da Tecnologia e da Informação e Comunicação (TIC).

Somente o Projeto São José, por exemplo, que trata da formação continuada em gestão e gerenciamento das organizações rurais, atendeu quase 8,500 beneficiários em 2021, como é possível verificar no quadro 8.

Quadro 9 - Resultados alcançados pelo Projeto São José, no Ceará, em 2021.

Região de Planejamento SEPLAG	Nº Entidades Beneficiárias		Nº. Famílias	
	Programado	Realizado	Programado	Realizado
01- Cariri	16	16	400	400
02- Centro Sul	9	9	444	444
03- G. Fortaleza	22	22	856	856
04- Litoral Leste	22	22	689	689
05- Litoral Norte	11	11	385	385
06- Litoral Oeste	23	23	748	748
07- Maciço Baturité	14	14	328	328
08- S. Da Ibiapaba	8	8	207	207
09- Sertão Central	49	49	1.416	1.416
10- Sertão De Canindé	6	6	195	195
11- Sertão De Sobral	9	9	231	231
12- Sertão De Crateús	47	47	1.427	1.427
13- S. Dos Inhamuns	14	14	565	565
14- Vale Do Jaguaribe	17	17	551	551
TOTAL	267	267	8.442	8.442

Fonte: Relatório de desempenho da gestão EMATERCE, 2021.

Já o Projeto Agente Rural, que presta assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares visando a melhoria dos índices de produtividade agrícola no estado, atendeu em 2021, mais de 100 mil beneficiários, como é possível verificar no quadro abaixo.

Quadro 10 - Resultados alcançados pelo Projeto Agente Rural, no Ceará, em 2021.

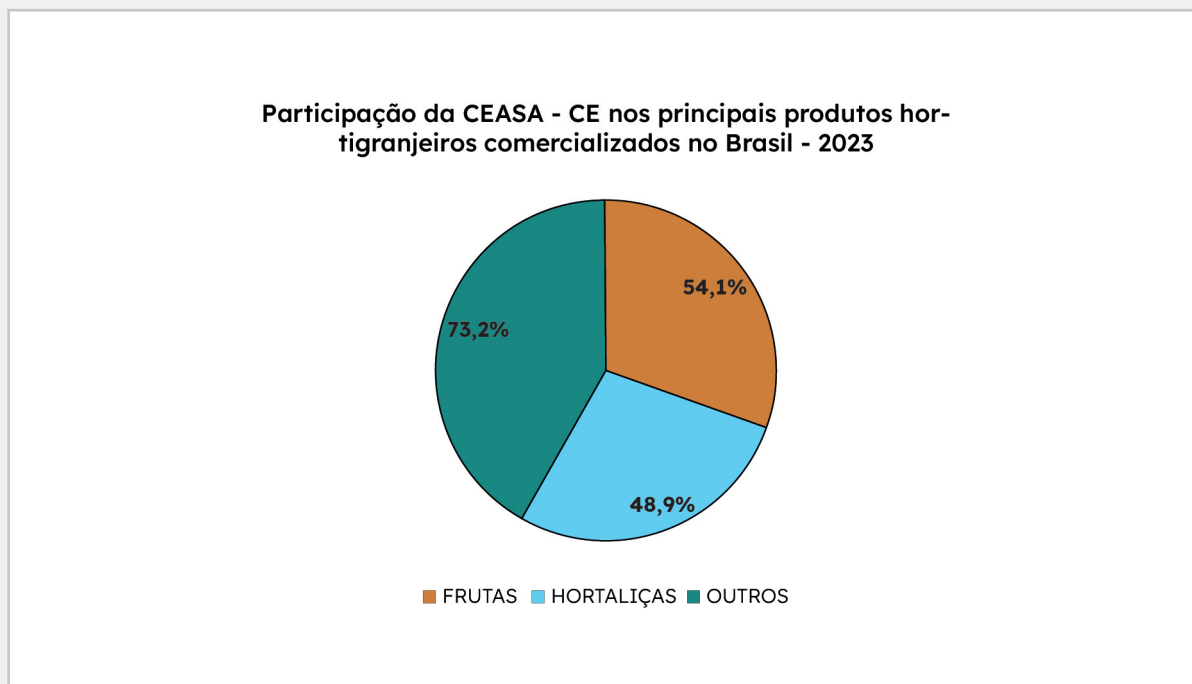
Região de Planejamento SEPLAG	PRODUTORES ASSISTIDOS			BENEFICIÁRIOS		
	Programado	Realizado	%	Programado	Realizado	%
01-Cariri	6.637	5.248	79	27.344	21.574	79
02-Centro Sul	3.797	2.143	56	11.524	8.807	76
03-G.Fortaleza	3.055	2.270	74	12.586	9.337	74
04-Litoral Leste	750	764	102	3.088	3.141	102
05-Litoral Norte	1.099	935	85	4.529	3.846	85
06-Litoral Oeste	2.351	2.106	90	9.686	8.663	89
07-Macijo Baturité	1.010	832	82	4.161	3.421	82
08-S. Da Ibiapaba	1.735	1.795	103	7.149	7.383	103
09-Sertão Central	2.091	2.062	99	8.615	8.480	98
10-Sertão De Canindé	780	672	86	3.214	2.763	86
11-Sertão De Sobral	1.937	2.091	108	7.980	8.598	108
12-Sertão De Crateús	3.480	2.246	65	14.334	9.232	64
13-S. Dos Inhamuns	1.420	1.089	77	5.850	4.480	77
14-Vale Do Jaguaribe	3.218	3.081	96	13.264	12.678	96
TOTAL	33.360	27.334	82	133.324	112.403	84

Fonte: Relatório de desempenho da gestão EMATERCE, 2021.

Ao promover soluções de abastecimento para o desenvolvimento equilibrado do sistema agroalimentar a CEASA-CE destaca-se entre os outros centros de abastecimento da federação, sendo responsável por comercializar praticamente a metade do volume de frutas e hortaliças no país.

Em valores nominais, foram mais de 140 mil toneladas de frutas e mais de 120 mil toneladas de hortaliças só no ano de 2023.

Gráfico 24 - Participação da CEASA-CE na comercialização dos principais produtos hortigranjeiros comercializados pelos CEASA em todas as unidades da federação, 2023.



Fonte: Análise de conjuntura CEASA, 2024.

6.3 RELAÇÃO DAS ESTATAIS COM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO

A análise dos indicadores sociais, econômicos e ambientais das onze estatais nas quais o estado do Ceará possui participação majoritária demonstram que o impacto dos bens e serviços entregues à população cearense é positivo, de forma direta e indireta.

Ao considerar que muitas dessas empresas, por atuarem em setores estratégicos, acabam se entrelaçando em cadeias produtivas e retroalimentando os benefícios sociais uma das outras, destaca-se ainda a importância da aproximação e da parceria entre estas, no desenvolvimento de projetos multidisciplinares e que atuem em múltiplas frentes.

As externalidades positivas desses entrelaçamentos produtivos das estatais refletem-se não apenas na geração de emprego e renda, mas também no aumento da arrecadação estadual, visto que a ampliação das atividades estatais fomenta o aquecimento da atividade produtiva no estado, afetando positivamente o consumo e a circulação de mercadorias.

Sendo assim, elas desempenham papel fundamental no arcabouço estrutural necessário para atingir o desenvolvimento econômico sustentável no Ceará.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÃO E INVESTIMENTOS. Setores Prioritários, 2024. Disponível em: < <https://apexbrasil.com.br/br/pt/sobre-a-apex-brasil.html> >. Acesso em 14/10/2024.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF; Senado, 1988.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO S/A. **Análise de Conjuntura**. 2024.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório de Administração**. Ceará. 2023.

COMPANHIA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS. **Relatório de Administração**. Ceará. 2023.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ. **Relatório de Desempenho da Gestão**. Ceará. 2021.

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ. Cinturão digital do Ceará, 2024. Disponível em: < <https://www.etice.ce.gov.br/2012/01/09/cinturao-digital-do-ceara/> > Acesso em: 14/10/2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Enfoque Econômico**. nº 273. Ceará. Março de 2023.

METRÔ DE FORTALEZA. **Relatórios de Sustentabilidade**. Ceará. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Nova Indústria Brasil**. Brasília, DF. 2024.



ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

Mesa Diretora 2025-2026

Deputado Romeu Aldigueri
Presidente

Deputado Danniel Oliveira
1º Vice-Presidente

Deputada Larissa Gaspar
2ª Vice-Presidente

Deputado De Assis Diniz
1º Secretário

Deputado Jeová Mota
2º Secretário

Deputado Felipe Mota
3º Secretário

Deputado João Jaime
4º Secretário



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA



CearaPar

GESTÃO
DE ATIVOS

Av. Pessoa Anta, 274, 2º andar
Espaço Inovação – Centro, Fortaleza/CE
CEP.: 60.060-188
CNPJ N.: 44.062.163/0001-74
www.cepart.com.br